



Paisagem proto-histórica no concelho de Lousada

LUÍS SOUSA¹

¹ Arqueólogo. Câmara Municipal de Lousada.

RESUMO

Resultado do conhecimento do território, alicerçado ao longo de cerca de 30 anos de estudos científicos, iniciados aquando da realização do primeiro Plano Diretor Municipal, de prospeções de superfície e de escavações arqueológicas, este artigo procede à análise da distribuição espacial de um conjunto de povoados, genericamente enquadráveis entre a Idade do Bronze Final e o advento da Romanização no concelho de Lousada.

PALAVRAS-CHAVE

Proto-história; paisagem; povoamento; concelho de Lousada.

ABSTRACT

As a result of the knowledge of the territory based on over 30 years of scientific studies, initiated when the first Municipal Master Plan was carried out, surface surveys and archaeological excavations, this article analyzes the spatial distribution of a group of villages, generally speaking, between the Late Bronze Age and the advent of Romanization in the municipality of Lousada.

KEYWORDS

Proto-history; landscape; peopling; municipality of Lousada.

Introdução

O concelho de Lousada tem atualmente identificadas cerca de duas dezenas de assentamentos surgidos entre o Bronze Final e o advento da Romanização, com especial enfoque do período sidérico. Este elenco de sítios deve-se a um cada vez mais apurado conhecimento deste território e resulta de uma sistemática produção científica, iniciada nos anos 90 do século passado. O presente ensaio decorre assim, em grande medida, da compilação de textos dispersos, pretendendo-se contribuir para uma visão geral do tema em Lousada e para a sua necessária compreensão no contexto do vale do Sousa.

Se atentarmos no número global de trabalhos arqueológicos, e apesar dos significativos avanços, a investigação centrada no processo de fixação e abandono dos territórios por parte das comunidades proto-históricas no Noroeste de Portugal, ao longo do I.º milénio a.C. e, posteriormente, a sua integração no domínio romano, constitui, decorrente da significativa limitação de dados, um desafio, pois cada região se reveste de particularidades e distintas dinâmicas que a natureza dos locais impõe. Este princípio, apesar da profícua produção bibliográfica na última década do século passado, mas particularmente nas duas décadas subsequentes, coloca similarmente inúmeros entraves à investigação arqueológica proto-histórica em Lousada, precisamente devido à ausência de estudos dos sítios arqueológicos identificados assentes em materiais e contextos estratigrafados. Desta realidade apenas se afasta o Castro do Monte de São Domingos, situado na freguesia de Cristelos, alvo de várias campanhas de escavações arqueológicas, iniciadas no verão de 1994, relegando-se os restantes povoados para caracterizações somente assentes na recolha de espólio de superfície, o que resulta numa observação assaz redutora, impeditiva de abordagens teórico-interpretativas consistentes. O universo de materialidades analisado abrange especialmente fragmentos ceramológicos, grande parte pertencentes a panças, sem possibilidade de restituição de formas. Estas materialidades arqueológicas são também pobres do ponto de vista decorativo e as pastas apresentam-se bastante friáveis, mas, ainda assim, intentou-se, quanto possível, uma aproximação cronológica com vista à integração dos povoados no devido contexto histórico-cultural.

Em 1992, foi dado a conhecer o *Património Arqueológico de Lousada: Plano Director Municipal*, realizado pelo Dr. Marcelo Mendes Pinto, que apresentou, pela primeira vez, uma tentativa de sistematização do património arqueológico e arquitetónico mais significativo, mostrando, então, um conjunto considerável de sítios, compilados a partir de menções bibliográficas, do rastreio pontual do território por meio de batidas de campo e de estudos de toponímia representada em cartografia. Desde então não mais se obrou qualquer tentativa de uma averiguação sistemática da realidade arqueológica concelhia, o que inviabilizou que, de alguma forma, se intentassem sínteses sobre a ocupação humana ao longo da história, mormente a do I.º milénio a.C. e a da primeira metade do seguinte. O ano de 2006 marcou o início dos trabalhos com vista à atualização da *Carta Arqueológica do Concelho de Lousada*, desta feita sob a orientação do Dr. Manuel Nunes, tendo o corolário dessa investigação revelado, entretanto, um conjunto

significativo de novos dados (Nunes, Sousa e Gonçalves, 2008). Todavia, o agrupado de sítios conhecidos não mostrava ainda uma imagem clara da ocupação humana da atual área do concelho, facto observado nas largas manchas de “vazios” ocupacionais que em nada se assemelham aos concelhos limítrofes, onde a densidade ocupacional humana para o período que aqui constitui objeto de análise é bem mais representativa e, conseqüentemente, reveladora das potencialidades que o vasto território do vale do Sousa encerra. Sendo este vale integrador de um conjunto alargado de cursos de água, de onde sobressai, a par do rio Sousa, o rio Mezio, com boa aptidão agrícola, somando a favorável exposição solar, é premente a necessidade de se desenvolverem trabalhos assentes numa mais apertada malha de rastreio do território que, certamente, revelarão proficientes resultados.

Apesar de este estudo apresentar renovados dados, deve permanecer a consciência de que muito do espaço concelhio se encontra ainda por desbravar, devendo manter-se persistente o seu reconhecimento do ponto de vista arqueológico, pois atravessamos das mais impetuosas circunstâncias de antropização da paisagem. Apesar de, no quadro geográfico regional, Lousada se revelar um concelho de reduzida superfície, colocam-se certos problemas ao rastreio deste território, nomeadamente ao nível das acessibilidades, por vezes ditados pela cobertura vegetal e arbórea que impede uma avaliação cuidada dos sítios identificados, bem como de áreas tidas como de eventual potencial arqueológico.

1. Aspetos geomorfológicos e climáticos do concelho de Lousada

Lousada é um concelho de pequena dimensão, com uma superfície de 94,89 km², subdividida por 15 freguesias, localizado no Noroeste de Portugal, extenso território natural predominantemente marcado pelos caracteres atlânticos (Ribeiro, 1998, p. 148), área geográfica do Minho, achando-se implantado no seio do distrito do Porto. Tem como limites administrativos, a norte, o concelho de Vizela, a nordeste, Felgueiras, a este, Amarante, a sudeste e sul, Penafiel, a sudoeste, Paredes, a oeste, Paços de Ferreira, e, por último, a noroeste, Santo Tirso.

Genericamente, a área apresentada neste estudo insere-se no chamado Maciço Hespérico, a mais vasta unidade morfoestrutural no conjunto do território nacional (Soares, 1992, p. 166). Do ponto de vista da orogenia, Lousada apresenta os principais acidentes na direção noroeste-sudeste. Todavia, embora de menor expressão, destacam-se, ainda, os acidentes de sentido nordeste-sudoeste e norte-sul, correspondentes, respetivamente, às falhas que acompanham os leitos dos rios Sousa e Mezio. A concentração destas falhas é notória na grande mancha de substrato de granitos porfíroides de grão grosseiro e duas micas, essencialmente biotíticos, que cobre cerca de metade do concelho de Lousada, mormente a situada a sudeste.

A presente área de estudo, apesar da pretensa homogeneidade, apresenta-se profundamente marcada pela orogenia, o que permite individualizá-la do quadro minhoto,

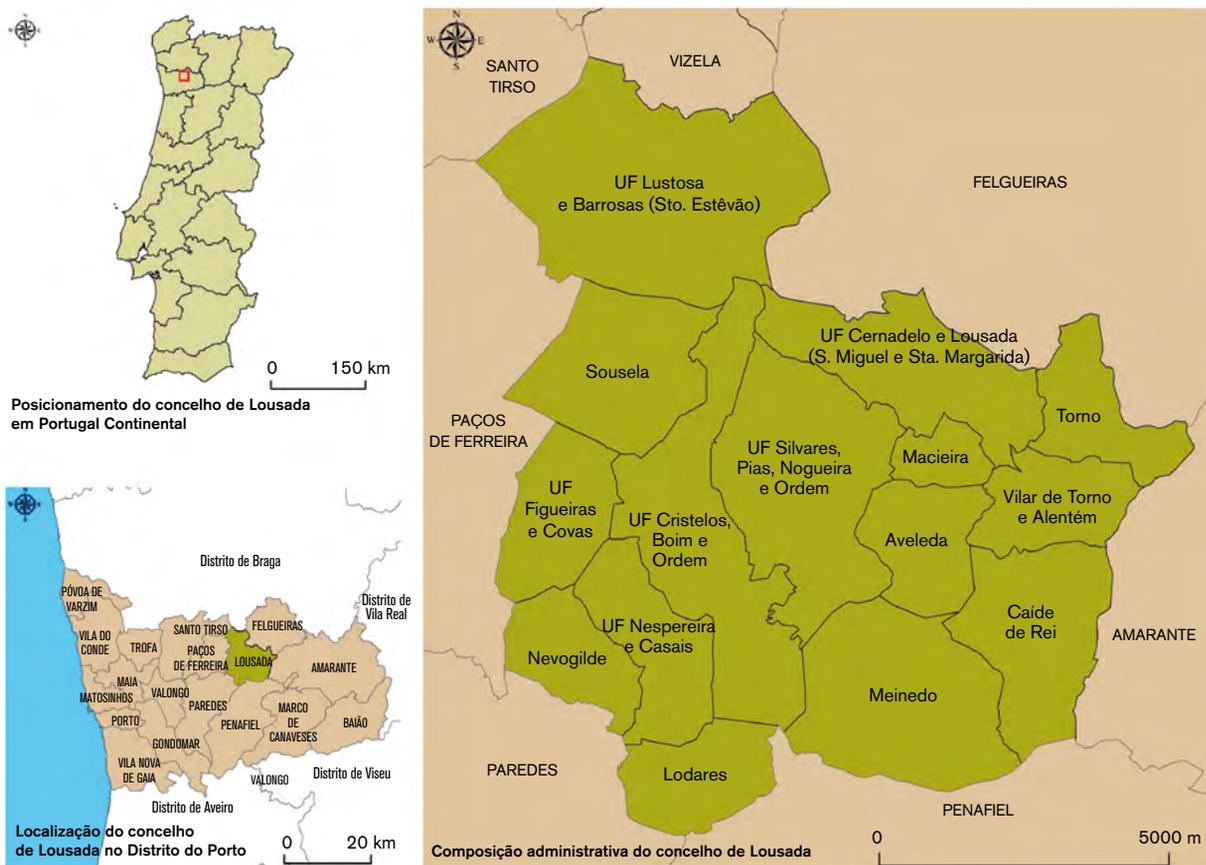


Figura 1. Enquadramento administrativo do concelho de Lousada.

interiormente, pelas características muito próprias do vale do Sousa, que lhe conferem uma certa unidade espacial (Silva, 1986, p. 14).

Lousada é um concelho amplamente irrigado, estando o seu território abrangido por duas grandes bacias hidrográficas. Na parte mais setentrional do concelho, com limite na serra dos Campelos, temos a bacia hidrográfica do rio Ave, de que são subsidiários o rio Porto e a ribeira de Sá, que nascem na citada serra. A restante área concelhia é ocupada pela bacia hidrográfica do Sousa, tendo como subsidiários um conjunto alargado de ribeiros e regatos.

De entre a vasta rede de cursos de água, tal como já referido, destaca-se o rio Sousa e o rio Mezio. Contudo, devemos mencionar os restantes cursos, dado que terão sido considerados como condição importante enquanto recursos de água potável, circunstância que terá também pesado na hora de escolha do assentamento por parte das comunidades proto-históricas.

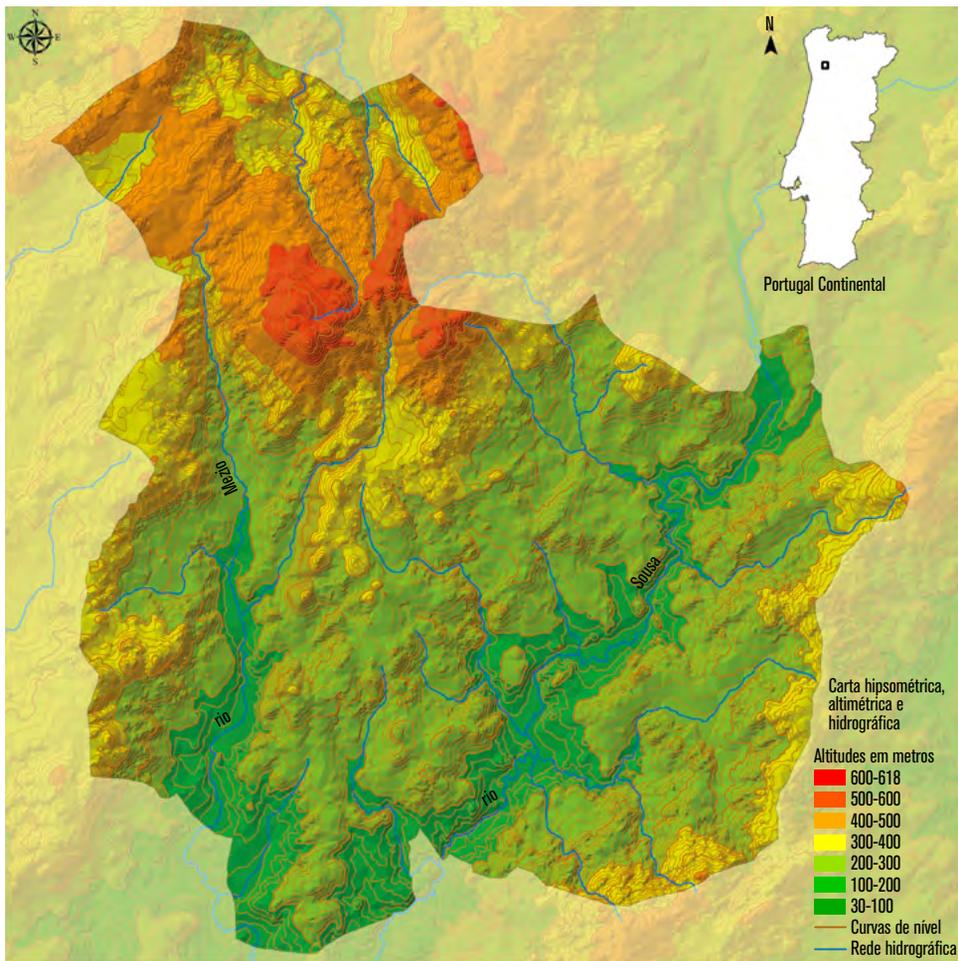


Figura 2. Carta hipsométrica, altimétrica e hidrográfica do concelho de Lousada (SCE, [1935], [1937], [1952], [1976], [1979], 1998a, 1998b).

Para a totalidade do concelho de Lousada foram considerados 15 cursos de água permanente¹, ou seja, em que, ao longo do ano, se verifica, no leito de rio ou ribeiro, a presença constante de água. Contempla esta rede dez bacias hidrográficas, não tendo bacia individualizada os rios de Moinhos e Porto, as ribeiras de Meinedo e Vilar e, por último, o ribeiro de Nevogilde, por se tratarem de caudais de muito reduzida expressão.

Organizadas por ordem de superfície em hectares, as bacias hidrográficas que o concelho contempla são as seguintes: Mezio (2581,1 ha), Sousa (1900,9 ha), Sá (1062,8 ha), Caíde (963,7 ha), Barrosas (845,4 ha), Pontarrinhas (723,7 ha), Boim (483,1 ha), Fontão (483,0 ha), Ferreira (429,0 ha) e Brolhães (148,5 ha).

A situação litológica de Lousada caracteriza-se por uma cobertura quase total de rochas granitoides, que corresponde ao extenso cordão orientado a noroeste-sudeste, que

¹ Apesar de ser vulgarmente aceite esta designação, é comum surgir também a designação de contínua e perene.

se estende do Minho às Beiras (Soares, 1992, p. 170). Na fase final da instalação destes granitos formaram-se fraturas de duas direções dominantes, onde se encaixaram filões e massas de quartzo, de aplito, de pegmatito e de aplito-pegmatito. Em duas fraturas de orientação nordeste-sudoeste, localizadas nas freguesias de Vilar do Torno e Alentém e em Casais/Nevogilde, verificam-se filões e massas de quartzo pouco expressivas, sendo, porém, a de Casais/Nevogilde a de maior dimensão. Alguns dos filões de quartzo intrusivos em terrenos paleozoicos e do Complexo Xisto-Grauváquico (que aparece na área do concelho de Lousada) são mineralizados de ouro, antimónio, galena e volfrâmio, mas, dada a reduzida expressão dos filões considerados em território de Lousada, parecem não ter qualquer expressão, pois é total o desconhecimento da presença de exploração mineira no concelho. Sobre estas e outras particularidades relacionadas com a geologia, remetemos o leitor para a carta geológica do concelho de Lousada, obra de grande fôlego de Hugo Novais (2016).

O clima é um dos mais importantes ramos da geografia (Ribeiro e Lautensach, 1987, p. 15), não sendo, por isso, estranha a sua inclusão em diversificadas matérias de estudo, mormente as relacionadas com a geografia humana, dadas as restrições que pode colocar às comunidades e, em particular, à vegetação (Dinis, 1993, p. 16).

O território de Lousada está, assim, na região climática de influência atlântica, para o qual muito contribuem os corredores naturais dos rios Sousa e Mezio. O clima é temperado marítimo húmido a super-húmido, de invernos e verões com variações climáticas de tipo fresco a moderado², com temperaturas médias anuais entre 10-12,5°, o que, de certa maneira, reflete os valores médios de humidade relativa para o mesmo espaço temporal, designadamente as percentagens de 75-80% de humidade que se verificam no quadrante oeste e noroeste da freguesia de Lustosa. As restantes freguesias que compõem o concelho apresentam valores percentuais na ordem dos 80-85% de humidade relativa anual. Estas estimativas evidenciam claramente a influência que exercem os dois principais rios que atravessam o concelho, bem patente também na variação da precipitação, com valores entre 1200-1600 mm, com dois blocos distintos marcados pelas bacias hidrográficas do rio Sousa (1200-1400 mm) e do rio Mezio (1400-1600 mm).

A insolação³ é um elemento climático muito importante para o desenvolvimento de numerosas atividades humanas, nomeadamente as atividades agrícolas (Azevedo e Marques, 1987, p. 9). A norte, abarcando as freguesias de Lustosa e Santo Estêvão de Barrosas, e uma pequena faixa a este, abrangendo as freguesias de Torno, Vilar do Torno e Alentém e uma parte a nordeste da freguesia de Caíde de Rei, apresenta valores de insolação anuais entre as 2300-2400 horas. Na parte sudoeste, correspondente à parte terminal do rio Mezio, que compreende o quadrante sul da freguesia de Figueiras, a

² Dados obtidos a partir da leitura do Mapa de Contrastes Térmicos à escala 1/1000000, referentes ao período de 1931-1960, e do Quadro III – Características e localização dos tipos de regimes térmicos existentes em Portugal (Daveau, 1985).

³ A Carta de Insolação foi elaborada com os valores médios anuais da insolação, expressa em horas, em 30 estações climáticas, com observações no período 1931-1960, complementadas com a informação de 26 estações com períodos de funcionamento de 15 e 30 anos (Azevedo e Marques, 1987, p. 5).

quase totalidade da de Casais, a metade sul da freguesia de Cristelos, a totalidade das freguesias de Nevogilde e Nespereira, o quadrante este de Boim e a metade este da freguesia de Lodaes, chega a atingir valores entre as 2500-2600 horas de insolação anual. As áreas central e sul do concelho, abarcando as restantes freguesias, mostram valores intermédios de insolação anual, que rondam as 2400-2500 horas.

Pelos valores de insolação anual verificamos que não são muito significativos os dias com nebulosidade. Apenas a norte do concelho, correspondente à vertente montanhosa da serra de Campelos, se verificam dias nebulosos frequentes, todavia, nem sempre chuvosos. O restante território é penetrado por manchas estreitas de nevoeiros das baixas continentais (de irradiação) (Daveau, 1985, p. 39), pouco espessos, com expressões esporádicas ao longo dos períodos do outono, inverno e primavera, surgindo maioritariamente à noite e de manhã cedo⁴.

2. Povoamento indígena na região do Sousa. Organização do território: *populi e civitates*

Entre 138 e 136 a.C., o procônsul Decimus Junio Bruto ultrapassou o Douro e o primeiro povo com que se defrontou foram os Callaeci, cuja capital parece ter sido Cale (Porto) (Alarcão, 1995-1996, p. 26).

Augusto, a quem é atribuída a conquista e pacificação do Noroeste Peninsular (27-19 a.C.), enceta uma ousada reorganização do território, alicerçada numa bem estruturada hierarquia administrativa. No topo encontra-se Roma, capital do Império, ao centro as províncias, surgindo por fim os conventus.

O Noroeste Peninsular, área em que nos encontramos, estava sob o domínio administrativo da Tarraconensis, a maior das províncias hispânicas, com capital em Tarracon⁵. Tinha as suas fronteiras definidas, a sudoeste, com a Lusitânia e Baetica e, a nordeste, com a Gália Aquitânia e Gália Narbonense, estando os restantes limites confinados pelo Atlântico. Dentro da província Tarraconensis, o Noroeste estava organizado em três conventus, interessando-nos particularmente o Conventus Bracaraugustanus, com capital em Bracara Augusta (Braga), com os limites a sul a entroncar no Douro (Soeiro, 1984, p. 11).

Apesar de Augusto ter lançado uma nova organização administrativa, esta deve, *grosso modo*, ter assente sobre uma organização primitiva, caracterizada pela existência de diferentes *populi*. Até há bem pouco tempo, o elemento étnico indígena desta região em que se insere o presente estudo era desconhecido em concreto (Amaral e Teixeira, 1998, p. 52). Todavia, Jorge Alarcão, numa ideia de que os *populi* do Noroeste poderiam

⁴ Dados obtidos a partir da leitura do Mapa de Nevoeiro e Nebulosidade à escala 1/1000000, referentes ao período de 1931-1960, do Centro de Estudos Geográficos – Instituto Geográfico e Cadastral (Daveau, 1985).

⁵ Atual Tarragona, Espanha.

estar divididos em cantões, aponta a possibilidade de o território situado entre os rios Sousa e Tâmega poder estar integrado em dois cantões. O primeiro compreenderia as vertentes voltadas ao Sousa, e deveria chamar-se Dania ou Danium, como o parece provar a inscrição romana aparecida no lugar da Póvoa (Guilhufe, Penafiel), consagrada “O(ptimae) Co(nservatrici vel miferae) et Nim(phae) Danigom Nabiae Coronae”.

O segundo cantão abarcaria as vertentes voltadas ao Tâmega e teria a designação de Anaeci, segundo a inscrição de Lagares (Penafiel). Ao que tudo indica, será a corrupção deste corónimo que dará origem a Anegia⁶, que, em 875, era denominada de Anegiae, e, em 1024, Anega (Herculano, 1868, p. 8; 1869, p. 255; Alarcão, 2000, p. 48). Para o mesmo autor, “Augusto não instituiu civitates no Noroeste Peninsular”. Todavia, terá confiado “o poder a príncipes indígenas sujeitos a uma administração romana residente em Bracara Augusta” (Alarcão, 1995-1996, p. 25). Estes centros de administração político-administrativa, certamente com acumulação de funções de ordem económico-social, eram normalmente capita viarum, ou seja, contava-se a partir daqui as milhas nas estradas (Alarcão, 1995-1996, p. 26). Este estatuto parece ter recaído sobre Tongobriga (Freixo, Marco de Canaveses) e Oculis (Caldas de Vizela), *civitates* que se encontram nas proximidades do concelho de Lousada. Todavia, se para Tongobriga está documentado um miliário⁷ a contar as milhas nas estradas, igual situação se não verifica, de momento, para Oculis.

Estudos recentes indicam que parte do concelho de Lousada estaria sob a influência administrativa da civitates de Tongobriga, sobretudo Magnetum (Meinedo) (Dias, 1997, p. 287), provável vicus, de posição estratégica na proximidade da via romana que provinha de Oculis e se dirigia para Tongobriga, estando documentado para este tramo da via um miliário, aparecido em Tuías e que marcaria a última milha antes de atingir Tongobriga (Dias, 1997, p. 320).

⁶ Os autores João e Augusto Ferreira do Amaral (2000, p. 266), no seu trabalho intitulado *Povos Antigos de Portugal*, referem que “Anegia”, com evolução fonética que foi corrompendo o etnónimo original, tem uma origem celta derivada de “Aneci”.

⁷ Um marco miliário aparecido em Soalhães, de Constantino II (337-340), indica a milha 8, ou seja, 11,7 km. O percurso por estrada atual mostra uma distância de cerca de 11,5 km, o que parece um claro indício de que a marcação da “milia passuum” se faria a partir de Tongobriga (Dias, 1997, p. 321).

3. Tipologia dos povoados proto-históricos identificados no concelho de Lousada

Este ponto presta-se à apresentação de uma proposta de organização dos povoados no concelho de Lousada, partindo de quatro tipologias – localização em outeiro, remate de esporão, outeiro/contraforte e morro de chã –, dado tratarem-se dos grupos preponderantes, não carecendo de subdivisões, devido à diminuta área de estudo.

Lousada soma atualmente cerca de duas dezenas de povoados relacionados com a ocupação proto-histórica, encontrando-se citados em bibliografia da especialidade, bases de dados, como é o caso do Endovélico (Direção-Geral do Património Cultural), ou resultantes de estudos arqueológicos de campo. No entanto, para além dos efetivamente comprovados por achados arqueológicos, na referida base de dados Endovélico é mencionado um hipotético povoado sob a denominação de Montemor (Meinedo). Ainda que o sítio seja detentor de condições naturais para ali ter sido implantado um povoado, até ao momento não identificámos qualquer materialidade no terreno que nos permita corroborar aquelas informações. Um destacado morro granítico na freguesia de Caíde de Rei, com amplo domínio visual sobre a margem esquerda do rio Sousa, é detentor de sugestiva toponímia – Alto do Crasto –, não tendo, todavia, aparecido neste local quaisquer indícios de ocupação. Aparece relatado em documentação medieval como “Castro”, nele havendo uma leira de cultivo, onde trabalhava Pedro Barreiros (Academia das Ciências de Lisboa, 1897, p. 607; Lopes, 2004, p. 201), o que permite, eventualmente, aqui colocar um assentamento durante a Baixa Idade Média, talvez de cariz militar ou unicamente agrário, como referem as inquirições afonsinas de 1258.

De entre os 20 povoados confirmados no concelho destaca-se, pelo seu largo espaço ocupacional, o Castro de São Domingos (Cristelos), rondando os 18 hectares. Seguem-se os povoados do Alto dos Três Caminhos (São Miguel de Lousada), que ultrapassa os sete hectares, e o Monte Telégrafo (Santa Margarida), com uma dispersão, não consistente, de aproximadamente três hectares. Os restantes povoados apresentam superfícies que oscilam entre os dois e os quatro hectares.

Em termos de distribuição espacial, dentro da nomenclatura comumente atribuída aos povoados do noroeste de Portugal, estes mesmos povoados surgem maioritariamente entre os 200-400 metros (60%), encontrando-se os demais entre os 400-700 metros (40%), não se verificando qualquer povoado abaixo da curva de nível dos 200 metros.

3.1. Povoados de Tipo 1

Estes povoados caracterizam-se por um assentamento em topo de outeiro, destacado na orografia da área de implantação, e apresentam natural defensibilidade em pelo menos três das suas vertentes, embora maioritariamente revelem natural defensibilidade na totalidade do seu perímetro. Manifestam largo domínio visual sobre a envolvente, com um diâmetro de visibilidade que ronda os 360°, verificando-se, todavia, variação na amplitude do horizonte visual. Enquadram-se neste tipo de assentamento os povoados de Castro de São Domingos, Monte das Panelas (Silvares), Monte Telégrafo, Castro do Alto de Nevogilde, Monte Castelhô (Vilar do Torno e Alentém), Castro de Meinedo, Alto dos Três Caminhos e Castro de São Gonçalo (Lustosa, Lousada/Raimonda, Paços de Ferreira). Situam-se maioritariamente no intervalo altimétrico dos 200-400 metros, excetuando o Castro de São Gonçalo e Monte Telégrafo, que se encontram no intervalo altimétrico dos 400-700 metros.

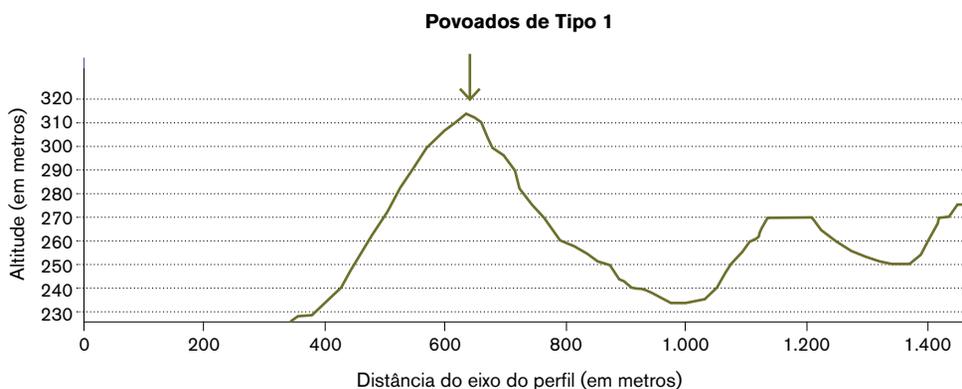


Figura 3 Perfil geral dos povoados de Tipo 1.

3.2. Povoados de Tipo 2

Estes povoados qualificam-se por um assentamento em topo de remate de esporão eminente na paisagem da região e apresentam natural defensibilidade, normalmente em apenas três das suas vertentes. Salientam-se por um largo domínio visual sobre a envolvente, com um diâmetro de visibilidade na ordem dos 360°. Podem ser incluídos neste modelo o Povoado de Cabeço da Agrela (Lustosa), o Povoado do Alto das Cadeiras (Nevogilde), o Castro dos Mortórios (Covas), o Castro do Bufo (Sousela), o Castro de Santa Águeda (Sousela), o Castro de Pias e o Povoado das Pedras Brancas (Santo Estêvão de Barrosas).

Os povoados de Tipo 2 apresentam uma distribuição praticamente equitativa no que concerne ao intervalo altimétrico. Três povoados enquadram-se no intervalo dos 200-400 metros (Povoado do Alto das Cadeiras, Castro dos Mortórios e Castro de Pias) e

os restantes no intervalo dos 400-700 metros (Povoado de Cabeço da Agrela, Castro do Bufo, Castro de Santa Águeda e Povoado das Pedras Brancas).

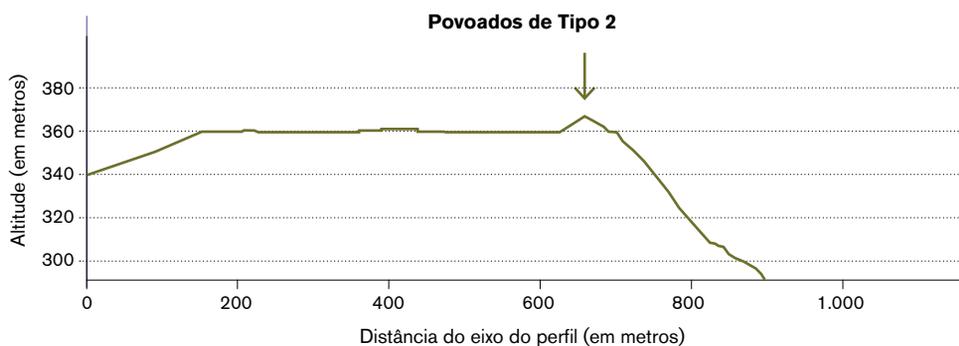


Figura 4. Perfil geral dos povoados de Tipo 2.

3.3. Povoados de Tipo 3

Estes povoados assinalam-se por um assentamento em topo de outeiro/contraforte, ou seja, são povoados localizados a meia encosta do relevo montanhoso, com pouca projeção visual, pois encontram-se, de certa maneira, dissimulados na paisagem, embora possam ter alguma expressão na orografia da zona. Apresentam natural defensibilidade em pelo menos três das suas vertentes, embora uma das vertentes não apresente qualquer defensibilidade natural, dada a planura normalmente presente. Acontece, porém, ser uma área onde se pode verificar a presença de fossos. Mostram largo domínio visual sobre a envolvente, com um diâmetro de visibilidade que não ultrapassa os 270°. Incluem-se neste tipo os povoados de Monte Pedroso (Alvarenga) e Alto do Pinouco (Aveleda), respetivamente enquadráveis no intervalo altimétrico dos 400-700 metros e 200-400 metros. Um dos aspetos a realçar é a aparente curta ocupação proto-histórica destes locais e, apesar de evidenciarem a presença de materialidades de outros períodos históricos, sugerem descontinuidades temporais.

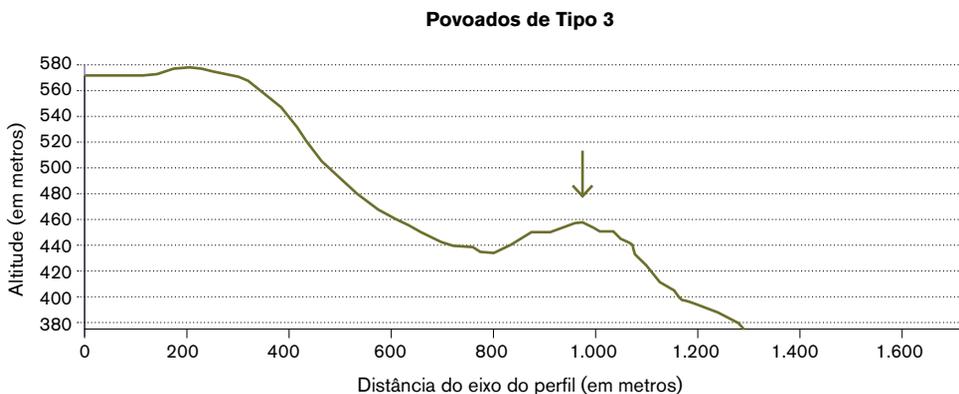


Figura 5. Perfil geral dos povoados de Tipo 3.

3.4. Povoados de Tipo 4

Estes povoados distinguem-se por um assentamento em morro de chã. Tratam-se de povoados localizados no topo de relevo montanhoso que varia entre baixa e média altitude, com limitada projeção na orografia da área, ocupando superfícies pouco extensas, circunstância inferida pela dispersão do espólio arqueológico que se mostra circunscrito ao topo do morro. São pouco expressivas as condições de defesa natural e são inobserváveis quaisquer estruturas defensivas artificiais, situação bem representativa nas vertentes que ostentam normalmente apenas um ligeiro declive, o que facilita a sua transposição. Apresentam um domínio visual sobre a envolvente que se confina geralmente à veiga ou curso fluvial próximo, com um diâmetro de visibilidade que, em todo o caso, pode chegar aos 360°. Incluem-se neste tipo o Povoado de Bouça das Cales (Meinedo), o Castro de Bacelo (Torno) e o Monte Felgueiras (Meinedo). Os dois primeiros povoados enquadram-se no intervalo altimétrico dos 200-400 metros, sendo o último enquadrável no intervalo dos 400-700 metros.

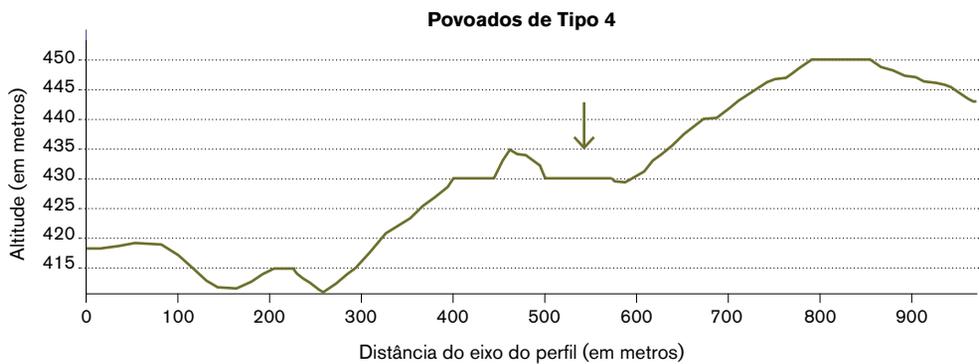


Figura 6. Perfil geral dos povoados de Tipo 4.

4. Povoamento proto-histórico no concelho de Lousada

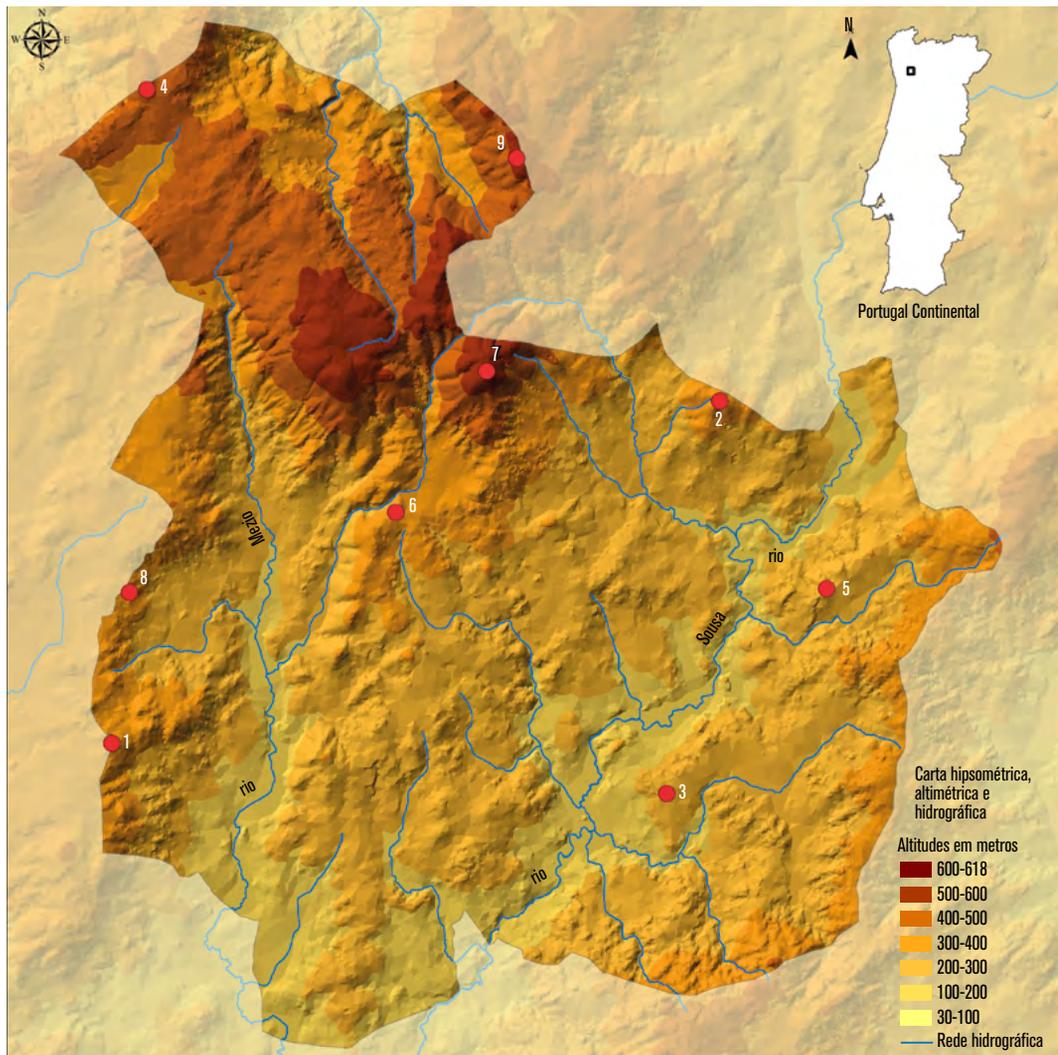
4.1. A Idade do Bronze

É indissociável para a compreensão do povoamento proto-histórico em Lousada reter a importância das bacias hidrográficas do Ave, Ferreira e Sousa no domínio das particularidades estruturais em que terão participado especificamente os rios Vizela, Ferreira, Carvalhosa e Jogo, Sousa e Mezio. A rede hidrográfica não seria apenas um recurso aquífero indispensável à sobrevivência das comunidades indígenas, como também deveria desempenhar importante papel na estruturação do povoamento e disposição dos povoados, assim como servir de uma espécie de “mapa mental” de comunicação e circulação que lhes permitia deambular pela região, servindo-se dos cursos fluviais citados como corredores naturais de penetração no território e de ligação entre as diferentes bacias hidrográficas.

Os dados atualmente disponíveis possibilitam contabilizar em Lousada nove povoados com ocupação do Bronze Final, a saber: o Alto dos Três Caminhos, Povoado de Bouça das Cales, Monte Castelhô e Monte Telégrafo, localizados na bacia hidrográfica do rio Sousa; Povoado do Alto das Cadeiras, Povoado de Cabeço da Agrela, Monte das Panelas e Castro dos Mortórios, localizados na bacia hidrográfica do rio Mezio, e, por fim, o Povoado das Pedras Brancas, integrado na bacia do rio Vizela. O próprio Castro de São Domingos, sobre a margem esquerda do Mezio, com evidente ocupação pelo menos a partir do século IV a.C., poderá possuir um substrato neste período de alteração “cultural decorrente da introdução da metalurgia nesta região” (Pinto, 1997). Todavia, as investigações até ao momento desenvolvidas neste povoado não mostraram um único horizonte passível de o incluir neste período cultural.

Ostentando a altura máxima de 368 metros, o Castro dos Mortórios, encontra-se implantado num remate de esporão dos relevos intermédios da serra de São Tiago, com orientação este-oeste, de vertentes voltadas a este sobre a margem direita do rio Mezio, achando-se localizado entre as freguesias de Covas, Lousada, e Freamunde, Paços de Ferreira. Apresenta uma das mais recuadas referências documentais para este período na região. Daqui resultou um único achado enquadrável no Bronze Final, tratando-se de “uma faca ou lança de bronze” (Dinis, 1963, p. 94), encontrada numa das vertentes do castro, tendo sido recolhida pelo Sr. Maurício José Neto, em 1925, e oferecida ao Museu de Arte Sacra e Arqueologia do Seminário Maior do Porto (Pinto, 1995, p. 275; Nunes, Sousa e Gonçalves, 2007, pp. 3-4; Moura, 2009, p. 102). Armando C. F. da Silva (1986a, pp. 106-107) refere que, apesar de se tratar de uma estação praticamente destruída, ainda se observam estruturas do sistema defensivo. Na mesma linha se perfila Mendes Pinto (1992), localizando de igual forma o povoado no lugar da Granja. Apesar dos esforços, não lográmos observar no local evidentes elemento de cariz defensivo ou habitacional, e não se detetaram quaisquer outros vestígios arqueológicos complementares às informações fornecidas pelo objeto metálico referido.

A sul do Castro dos Mortórios, no aro administrativo da freguesia de Nevogilde, encontra-se o Povoado do Alto das Cadeiras, no topo do qual se atingem os 397 metros



Povoados da Idade do Bronze Final no concelho de Lousada

- 1 – Alto das Cadeiras
- 2 – Alto dos Três Caminhos
- 3 – Bouça das Cales
- 4 – Cabeço da Agrela
- 5 – Monte Castilhô
- 6 – Monte das Panelas
- 7 – Monte Telégrafo
- 8 – Castro dos Mortórios
- 9 – Povoado das Pedras Brancas

Figura 7. Mapa de distribuição espacial dos povoados do Bronze Final no concelho de Lousada (SCE, [1935], [1937], [1952], [1976], [1979], 1998a, 1998b).

de altitude. Assenta sobre um morro correspondente aos relevos intermédios da orla da serra de São Tiago, com configuração ovalada, que se estende no sentido sudeste-noroeste, obtendo-se aqui um amplo campo visual sobre a veiga do troço médio do rio Mezio, que se situa a este. O cume apresenta uma superfície aplanada, o que terá sido condição propícia ao assentamento de comunidades do Bronze Final, como o atestam os materiais cerâmicos recolhidos. O morro vem sendo sujeito a alterações topográficas decorrentes da pressão urbanística e realização de acessos. A potência estratigráfica é esquelética, talvez porque a morfologia do terreno também não possibilite a preservação



Figura 8. Castro dos Mortórios. Vista obtida a partir de nordeste.



Figura 9. Povoado do Alto das Cadeiras. Perspetiva obtida de nordeste.

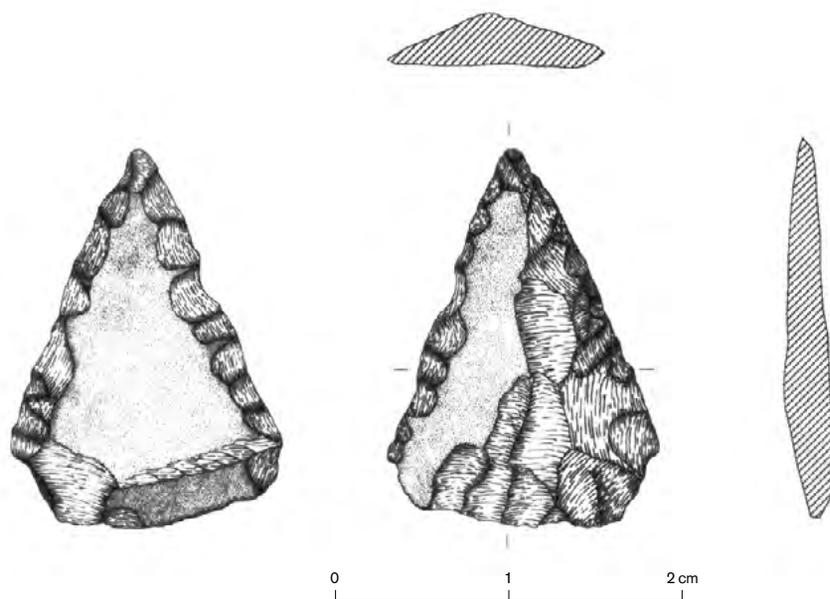


Figura 10. Ponta de seta em sílex proveniente do Cabeço da Agrela (Nunes, Sousa e Gonçalves, 2007b, p. 3).

da sedimentação. Não foram recolhidos quaisquer outros recuados vestígios da presença humana no local, designadamente associados a contextos domésticos ou defensivos. Apesar do claro domínio visual sobre a veiga intermédia do rio Mezio, este povoado dependeria provavelmente dos recursos agropastoris voltados à bacia hidrográfica do rio Ferreira, dado tratarem-se de terrenos mais aplanados e mais bem irrigados. O esporão tem nas vertentes norte e sudeste as suas mais marcadas pendentes, o que lhe confere certa defensibilidade natural nestes quadrantes.

Bem ao norte do concelho de Lousada, a noroeste da freguesia de Lustosa, situa-se o Povoado de Cabeço da Agrela, morro de formato ovalado, de 474 metros de altitude, de orientação sudeste-noroeste, correspondente à franja intermédia do Monte de Sá. As principais vertentes do Povoado de Cabeço da Agrela são as voltadas a norte e a oeste, para o rio Vizela, depreendendo-se desta forma a preponderância de controlo visual sobre o território circundante. Aqui foram recolhidos alguns materiais cerâmicos de reduzido tamanho, destacando-se o achado de uma ponta de seta em sílex, recolhida na vertente este, no caminho de acesso ao cocuruto do povoado (Nunes, Sousa e Gonçalves, 2007, pp. 2-3; 2008, pp. 133-134; Nunes e Lemos, 2013, p. 23). O espólio recolhido permite ser enquadrado no Bronze Final, não tendo até ao momento aparecido quaisquer materialidades arqueológicas que permitam alargar a diacronia ocupacional do povoado.

Depreende-se, apesar da exploração de granito que se constata no local, a existência de um talude circunscrito genericamente à curva de nível dos 400 metros, que poderá corresponder a uma cintura de muralha. A sua estrutura parece ter sido constituída por grandes blocos graníticos, que aqui e ali se observam, encostando a outros preexistentes, delimitando assim uma parte da plataforma superior do morro, onde se terão inscrito estruturas de carácter habitacional ou outras.

Desconhecemos os verdadeiros critérios que terão estado na origem do estabelecimento de comunidades da Idade do Bronze neste morro. O seu caráter proeminente na paisagem e o domínio de um largo horizonte visual sobre o rio Vizela poderão, porventura, ter sido alguns dos motivos. O topo é amplo e aplanado, onde rareia a vegetação arbórea, aqui e ali apenas pontuado por tufos de eucaliptos. A vegetação é maioritariamente composta por matos rasteiros, algumas giestas e fetos. As vertentes onde se verificam os maiores pendores encontram-se a oeste e norte, acedendo-se facilmente ao topo do cabeço pelas vertentes este e sul.

Ignoramos a concreta vocação da comunidade deste povoado. Na área imediata não se observam quaisquer recursos. O curso de água mais próximo, a ribeira da Carvalhosa, encontra-se a cerca de 650 metros para sudeste e o rio Vizela, que poderia ter desempenhado importante papel como recurso piscatório, localiza-se a cerca de 3460 metros para nordeste, pelo que, conjugados os fatores, é possível que o povoado assentasse numa atividade agropastoril (Sousa, 2007, p. 102).

Em Silvares deparamo-nos com o povoado do Monte das Panelas, que ocupa o topo de um esporão de 345 metros de altitude, entre os ribeiros do Fontão e de Pontarrinhas. Esta crista rochosa de natureza granítica desenvolve-se de nordeste para sudoeste, entre Cancela Nova (Silvares) e Travassos (Cristelos), cujas cotas extremam entre os 314 e os 360 metros. Decorrente da abertura da Estrada do Fontão, concretizada entre 2008 e 2009, nos perfis deixados a descoberto foram recolhidos alguns materiais cerâmicos atribuíveis ao período do Bronze Final. Na obra *Silvares: um percurso pela sua história*, os autores anotam que os restos cerâmicos observados deste quadro temporal apresentam pastas grosseiras, arenosas, com tonalidades cambiantes entre o cinzento e bege claro, e “de tons alaranjados e cerne cinzento claro”. Realçam ainda um fragmento tendo em conta o tipo de tratamento dado às paredes interiores, recorrendo ao seu espatulamento (Magalhães *et al.*, 2009, p. 21).

Nas confrontações recolhidas no *Livro de Matrizes Prediais de Silvares* (Serviço de Finanças de Lousada), cujos dados neles contidos podem remontar ao século XIX, a esta extensa cumeada dava-se a designação de “Serra das Panelas”, aliás como consta nas Memórias Paroquiais de Silvares, de 1758, onde consta: “hua tenue serra chamada das Panellas [...] que principia junto ao monte chamado do Urjal da freguesia de Santo André de Christellos, e vai finalizar aos prédios chamados a Agra de Mós” (Capela, Matos e Borralheiro, 2009, pp. 324-328).

A elevação não evidencia a existência de panos de muralhas ou sequer taludes defensivos, parecendo tratar-se de um povoado aberto que terá aproveitado a proximidade ao fértil alvéolo de Mós (Silvares) para dele retirar todas as potencialidades em termos de recursos naturais e agrícolas.

Em Santo Estêvão de Barrosas, numa chã planáltica correspondente ao prolongamento sudeste da serra de Maragotos, nos limites com a freguesia de Idães, do concelho de Felgueiras, mercê de trabalhos de desaterro realizados no lugar localmente chamado de Pedras Brancas, foram postos a descoberto materiais cerâmicos e pétreos que evidenciam uma ocupação desde o Calcolítico à Idade Média (Nunes e Lemos, 2018,



Figura 11. Castro do Alto dos Três Caminhos. Perspetiva norte.

pp. 21-25). De entre este amplo espectro temporal recai o interesse nas materialidades da primeira metade do I.º milénio a.C., por permitirem a sua compreensão cultural e integração espaço-temporal no âmbito do tema desenvolvido neste trabalho, ainda que, como salientam Nunes, Lemos e Novais (2015, p. 23), “apenas a realização de trabalhos arqueográficos de outra natureza permitirá validar e afinar estas leituras de superfície”. Este contexto vem, no entanto, corroborar o povoamento pré-histórico para o qual a cumeada entre as serras de Campelos e Maragotos apresenta propícias condições, e atesta o sugerido por uma referência documental contida nas Inquirições de Afonso III, de 1258, onde se menciona o topónimo “Anta”, provável monumento funerário de tradição megalítica: “et in Anta j. leira” (Academia das Ciências de Lisboa, 1897, p. 556). Encontra-se num território abrangido pela bacia hidrográfica do rio Vizela, onde o ribeiro de Ledesma, tributário da ribeira de Sá, terá desempenhado um importante papel enquanto recurso hídrico de proximidade.

Os restantes quatro assentamentos enquadráveis no Bronze Final conhecidos em Louzada, tal como anteriormente exposto, localizam-se na bacia hidrográfica do rio Sousa.

O Alto dos Três Caminhos, situado na freguesia de São Miguel, é um outeiro elevado, de 374 metros de altitude, com forte presença na orografia da região. De localização privilegiada, o povoado apresenta-se circundado pela ribeira de Barrosas, a sul e oeste, pela ribeira da Longra, a norte, e, a este e sul, pelo rio Sousa, o que se traduz efetivamente num extenso território que conglera abundantes recursos aquíferos que terão proporcionado a atividade agropastoril na área. A mais antiga referência a este povoado é atribuída ao Pe. Francisco A. Peixoto (1913, p. 1), tendo redigido no *Jornal de Louzada*, que “na freguesia de São Miguel, na extremidade norte, existe um Crasto, monte elevado, de forma cónica, assim chamado pelo povo, e em cujo cimo há, principalmente

do lado do poente, uma ondulação de terreno que foi certamente um valo ou trincheira para defeza, em casos de guerra”. A existência de estruturas é impercetível à superfície, embora se lhe delineiem plataformas sob as quais se deduz a existência de estruturas defensivas e onde preferencialmente ter-se-ão erigido as construções habitacionais. A oeste, muito próximo do topo do morro, deteta-se um fosso, sendo de destacar as suas consideráveis dimensões. Todavia, a densa vegetação não permite uma real avaliação da possível estrutura defensiva, pelo que se aconselham algumas reservas. Não se mostra claro se se trata de um fosso com carácter defensivo de comunidades proto-históricas, pois deteta-se na área considerável número de vestígios de exploração de pedra, podendo este tipo de trabalhos ter provocado o citado valado (Sousa, 2007, pp. 40, 106-107).

Trata-se de um interessante povoado, do ponto de vista crono-espacial, pois revelou materiais arqueológicos cerâmicos dispersos desde o topo até à encosta virada a nascente, mostrando uma dilatada cronologia, que principia no Calcolítico e se estende eventualmente até à Idade do Bronze. No topo do outeiro, junto ao marco geodésico que aí se encontra, recolhem-se especialmente materiais conotados com uma ocupação associada ao domínio do cobre, constituindo-se o espólio por restos cerâmicos de panças e bordos, alguns com elementos decorativos caracterizadores, e um machado polido, segmentado, em anfíbolito. Porém, até ao momento, revelou-se mais expressiva a ocupação do Bronze Final, que se deteta exclusivamente na vertente do monte virada a este e sudeste, zona pautada por um extenso eucaliptal, aí se recolhendo abundantes cerâmicas quebradas, de pastas friáveis, com superfícies fundamentalmente de tons bege e cernes de tonalidade mais escura.

O Povoado de Bouça das Cales assenta num morro de chã de baixa altitude, com 230 metros, localizado na freguesia de Meinedo. A chã é de fraca projeção visual sobre o território, situando-se entre o rio Sousa e a ribeira de Caíde. Identificou-se neste local abundante cerâmica, embora muito fragmentada, e, por isso, difícil de qualificar, merecendo relevo um fragmento de pança decorado por incisão, ostentando uma espécie de “espinha de peixe”. A dispersão de espólio alcança uma superfície de cerca de 2,4 ha, com concreto balizamento cronológico do Bronze Final. Destaca-se ainda deste contexto cultural o aparecimento de um núcleo em sílex para extração de pequenas lascas (Sousa, 2007, p. 111). Sobre a margem esquerda do Sousa, em Vilar do Torno e Alentém, sobressai um outeiro cónico de topo ligeiramente aplanado, destacado na paisagem circundante, dominando simultaneamente o curso do rio Sousa e da ribeira de Vilar. Trata-se do Monte Castelhô, que José Augusto Vieira (1887, p. 369), na sua obra *O Minho Pitoresco*, atendendo à etimologia da palavra Castelhô ou Castilhô, aponta para “pequeno castello”, embora na breve alusão o arqueossítio nunca tenha sido tido em consideração, talvez por este ter desaparecido não apenas da cartografia (apenas surge referido na 1.^a edição da Carta Militar de Portugal, escala 1/25000, folha 99) como também da memória das populações locais (Sousa, 2007, pp. 124-125). Recolhas de superfície resultaram na amostragem de alguns fragmentos cerâmicos de panças, de pastas friáveis e tons variados, e de um fragmento de bordo de tonalidade bege, decorado com incisões horizontais.



Figura 12. Achado cerâmico decorado de Bouça das Cales (escala 12 cm).



Figura 13. Núcleo de sílex recolhido na chã de Bouça das Cales (escala 12 cm).



Figura 14. Monte Castelhô. Perspetiva este.

Ocupando o cimo de um remate de esporão correspondente ao maciço montanhoso da serra de Maragotos, com orientação norte-sul e de vertentes voltadas às ribeiras do Fontão e Barrosas, respetivamente a oeste e a este, dividido administrativamente entre Silvares e Cernadelo, encontra-se o Monte Telégrafo, de 578 metros de altura.

Martins Sarmento (1989, p. 27) recolhe informações que lhe dão nota de que havia um grande circuito de muralhas em Calvelos (chã no monte de Barrosas, onde houve telégrafo). Todavia, Sarmento refuta dizendo: “mas o monte não tem patamares”. Em boa verdade, também não topámos, até ao presente, sinais de estruturas defensivas, mas devemos ter em conta os inúmeros arrasamentos que têm alterado a morfologia geral do monte, devido à densidade do plantio de eucaliptos. A dispersão do espólio não ultrapassará os 0,9 ha, cingindo-se ao topo, nas proximidades do marco geodésico que



Figura 15. Fragmentos cerâmicos do Bronze Final recolhidos no Monte Castelhô.



Figura 16. Monte Telégrafo. Vista obtida a partir de sudoeste.

encima o cocuruto. As cerâmicas do Bronze Final aqui recolhidas possuem superfícies alisadas, de pastas grosseiras, tendo na constituição grande quantidade de areia e cristais de quartzo. Apresentam normalmente tonalidades acinzentadas e tons alaranjados pálidos. Por estarem bastante esmagados, até pela circulação de máquinas retroescavadoras, não se torna facilitada a vida no que toca à análise dos materiais. Porém, é de crer que algumas cerâmicas possam pertencer à primeira ou segunda fase evolutiva definida para a periodização da Cultura Castreja (Silva, 1986).

4.1.1. A Idade do Bronze em Lousada: considerações gerais

O Bronze Final em Lousada, como se demonstrou, é marcado pela dissemelhança do habitat e de anarquia em termos de dispersão espacial dos assentamentos. Os povoados repartem-se pela ocupação de outeiros, remates de esporão e morros de chã, coexistindo “povoados abertos ou assentamentos em campo aberto enquanto outros grupos populacionais ocupam lugares elevados” (Calo Lourido, 2005, p. 97). Esta dicotomia revela-se também nos sistemas defensivos. Apenas parece haver a comprovada existência de um sistema defensivo, ainda que elementar, exclusivamente em dois povoados – Povoados de Cabeço da Agrela e Alto dos Três Caminhos⁸. O primeiro deveria possuir um sistema defensivo bastante rudimentar, composto por grandes blocos graníticos que encostavam a outros preexistentes, sendo, talvez, posteriormente os interstícios colmatados por terra. O sistema defensivo do Alto dos Três Caminhos parece um pouco mais complexo. Todavia, a dificuldade em discernir qual o sistema empregue radica na alteração topográfica de que o povoado tem sido alvo, quer pela implantação no topo de uma antena de telecomunicações quer por sucessivas arborizações. A norte, próximo do topo do outeiro, veem-se valados que poderão corresponder a fossos, assim como algumas plataformas que marcam a morfologia do povoado e que poderão ocultar cinturas de muralhas. Não obstante, desconhecemos o contexto cronológico da sua edificação por os materiais aqui observados não estarem diretamente associados.

A relação visual não era aparentemente determinante para a escolha do local do assentamento. Tal facto entende-se pelo posicionamento longitudinal sobre a linha de cumeeada, verificado nos povoados do vale do rio Mezio, e pela distância e diferente estratégia de assentamento verificada no vale do rio Sousa entre os povoados do Alto

⁸ Relativamente ao Cabeço da Agrela, não será descabido apontar a existência de um sistema defensivo enquadrável no Bronze Final, dado que, até ao momento, não foram identificadas materialidades arqueológicas que o coloquem numa mais ampla diacronia ocupacional do sítio. Todavia, o Alto dos Três Caminhos apresenta uma ocupação que poderá alcançar a Fase II da Cultura Castreja, pelo que não nos é permissível apontar cabalmente que o sistema defensivo deste povoado seja coevo do observado no Cabeço da Agrela. Apenas uma intervenção arqueológica em ambos os povoados poderá fornecer dados relativos à sua contemporaneidade.

dos Três Caminhos, Monte Castelhô, Bouça das Cales e Monte Telégrafo⁹. A proximidade da rede hidrográfica parece também não ter sido de sobremaneira valorizada por algumas comunidades. Existem casos em que um povoado chega a encontrar-se a cerca de 500 metros de um curso fluvial, desconhecendo-se na área qualquer nascente, como acontece com o Povoado de Bouça das Cales. Porém, outros há em que estão indicadas nascentes no próprio povoado, como acontece com o Alto dos Três Caminhos ou mesmo o Monte das Panelas.

O elemento que parece unificar as comunidades do Bronze Final na área concelhia é a vocação para a atividade agropastoril, corroborada pela relação vale *versus* montanha, e o largo domínio visual sobre o território circundante, dominando os primordiais corredores naturais de penetração no território.

A exclusiva preferência de ocupação em remates de esporões e outeiros alcantilados, que não proporcionava vida facilitada, irá marcar o período imediato ao Bronze Final. Não se trata de uma matéria comprovada, mas é possível que nesta etapa o povoado do Alto dos Três Caminhos se mantenha ativo após o Bronze Final, surgindo, então, vários outros redutos, detentores de aparato defensivo diverso, dispersos pelos vales do rios Sousa e Mezio, certamente assentes na importância que cada um dos cursos fluviais possui enquanto corredor natural de penetração e circulação na região, mas em especial o vale do Mezio, que permitia a rápida ligação entre os vales do Ave-Vizela e do Sousa, que conjuntamente personificam uma região de elevadas potencialidades agrícolas e proporcionadoras de amplos recursos naturais (Pinto, 1997).

De entre os povoados que começam a emergir com o advento do ferro, apenas o Castro de São Domingos parece evidenciar a construção de um sistema defensivo¹⁰, ainda que rudimentar, estando favorecido, desde logo, pelo seu assentamento topográfico que lhe conferiria natural defensibilidade, tendo, decerto, também aproveitado uma linha de água situada a norte do povoado e que terá desempenhado a função de fosso. A construção de elementos defensivos a complementar a natural defensibilidade que o Castro de São Domingos apresenta e o seu largo domínio visual sobre a veiga do rio Mezio parecem indicar, tal como noutras áreas de amplos recursos naturais, “una cierta preocupación defensiva y una preferente vocación agrária” (Miguel Maté, 1993, p. 29). Se os povoados do Castro do Bufo, Castro de Santa Águeda e Monte Pedroso apresentam direta visibilidade com o Castro de São Domingos, o mesmo não se pode expor relativamente ao Alto dos Três Caminhos, o que sugere que o assentamento do povoado de Monte Pedroso teria como função o estabelecimento de uma relação de intervisibilidade

⁹ Não se deverá considerar estes dados como reflexo para a região, pois poder-se-ão ter processado diferentes estratégias de povoamento que os dados atuais não permitem clarificar cabalmente. A título de exemplo, refira-se o estudo de Miguel Maté (1993, p. 27), realizado sobre a Idade do Ferro na parte ocidental do vale médio do Douro, em que se deparou com uma situação completamente díspar da por nós depreendida para a presente área de estudo.

¹⁰ Pelos dados atualmente disponíveis, o Castro do Monte de São Domingos já possuiria, pelo século IV/III a.C., uma cintura de muralha composta apenas por uma fiada de pedras, cuja face ligeiramente desbravada se encontrava voltada ao exterior, sendo os interstícios preenchidos com terra. O aparelho é estruturado por grandes pedras de formato poligonal irregular.

com o Castro de São Domingos e o Alto dos Três Caminhos¹¹. Esta dinâmica de relação visual entre os povoados parece ser reveladora dos primeiros indícios que farão emergir, num momento posterior, o Castro de São Domingos como povoado “central” nesta região, próximo do final do I.º milénio a.C., momento em que atinge o seu apogeu enquanto povoado fortificado. Porém, deve salientar-se que esta preponderância parece desenhar-se desde a fase precedente, pelo que a sua centralidade resulta aparentemente de uma longa ponderação.

A defensibilidade, que recolhe o maior número de adeptos, é um facto normalmente intrínseco à própria topografia do terreno, que desde logo dificulta o avanço do invasor. A situação no concelho de Lousada revela que a quase totalidade dos povoados se distribui por outeiros e esporões com inclinações superiores a 30%. Excetuam-se dois ou três casos em que o povoado ocupa superfícies entre os 8% a 30% de inclinação¹². A ocupação de outeiros e esporões são a condição topográfica que mais favorece as construções de carácter militar, em grande medida por não terem de atingir, relativamente a zonas aplanadas, avultadas altitudes. Isto permitia rentabilizar mão-de-obra, matérias-primas e tempo, fatores que pesariam certamente em momentos de maior instabilidade, ambiente de insegurança que assinalará de forma vincada a última fase da Cultura Castreja, de apogeu e declínio, de continuidades e roturas. Veja-se, a título de exemplo, os povoados de Monte Telégrafo, Monte Pedroso e Alto dos Três Caminhos, que parecem desaparecer até câmbio de era. Por esta altura afiguram-se atuantes no território os povoados de Alto de Nevogilde, Alto do Pinouco, Castro de Bacelo, Castro de Meinedo, Castro de Pias, Castro do Bufo, Monte Felgueiras, Castro de São Gonçalo e Castro de São Domingos, contabilizando-se um total de oito povoados. Com vestígios cerâmicos que poderão pertencer a um período recuado da Idade do Ferro, somente não tem continuidade temporal o povoado de Monte Pedroso, ainda que futuramente possa ver-se alterada esta afirmação. Este quadro é demonstrativo de um crescendo populacional, panorama em que o Castro de São Domingos aparecerá cada vez mais destacado entre os demais povoados do concelho de Lousada, facto que, como adiantámos antes, vinha a desenhar-se desde a fase precedente, cujos próprios dados arqueológicos bem corroboram, o que demonstra que este povoado já se encontrava, ainda antes do efetivo domínio romano do território, em acentuado processo de mudança sociocultural e mesmo político-administrativo.

¹¹ O estabelecimento destas considerações apenas se centra na análise da distribuição espacial e a partir dos poucos elementos de que dispomos de cada um dos povoados. Unicamente se desmarca deste panorama o Castro do Monte de São Domingos, onde já foram realizadas intervenções arqueológicas de carácter científico, pelo que estamos cientes do grau de erro em que podemos incorrer. Todavia, trata-se apenas da tentativa de apresentar uma proposta de interpretação para critérios que terão estado na base da escolha do assentamento dos povoados abordados.

¹² Os povoados que se incluem neste grupo são: Castro de Santa Águeda, Castro de Bacelo, Alto do Pinouco, Castro de Meinedo e Monte Felgueiras. Santa Águeda surge numa área de pendentes ou inclinações entre os 8-30%, mercê da longa plataforma superior. Todavia, a partir das cotas altimétricas dos 550-560 metros, as vertentes apresentam desde logo valores de inclinação superiores a 30%. O Castro de Bacelo, Alto do Pinouco e Castro de Meinedo, bem como, eventualmente, o Monte Felgueiras, aparentam uma fundação pelo câmbio de era, pelo que denotam já as estratégicas de assentamento em áreas de ladeira, próximas do vale, de terrenos que melhor se adaptam à nova estrutura urbana e respondem à procura de novas terras, mais facilmente agricultáveis, bem ao gosto romano.

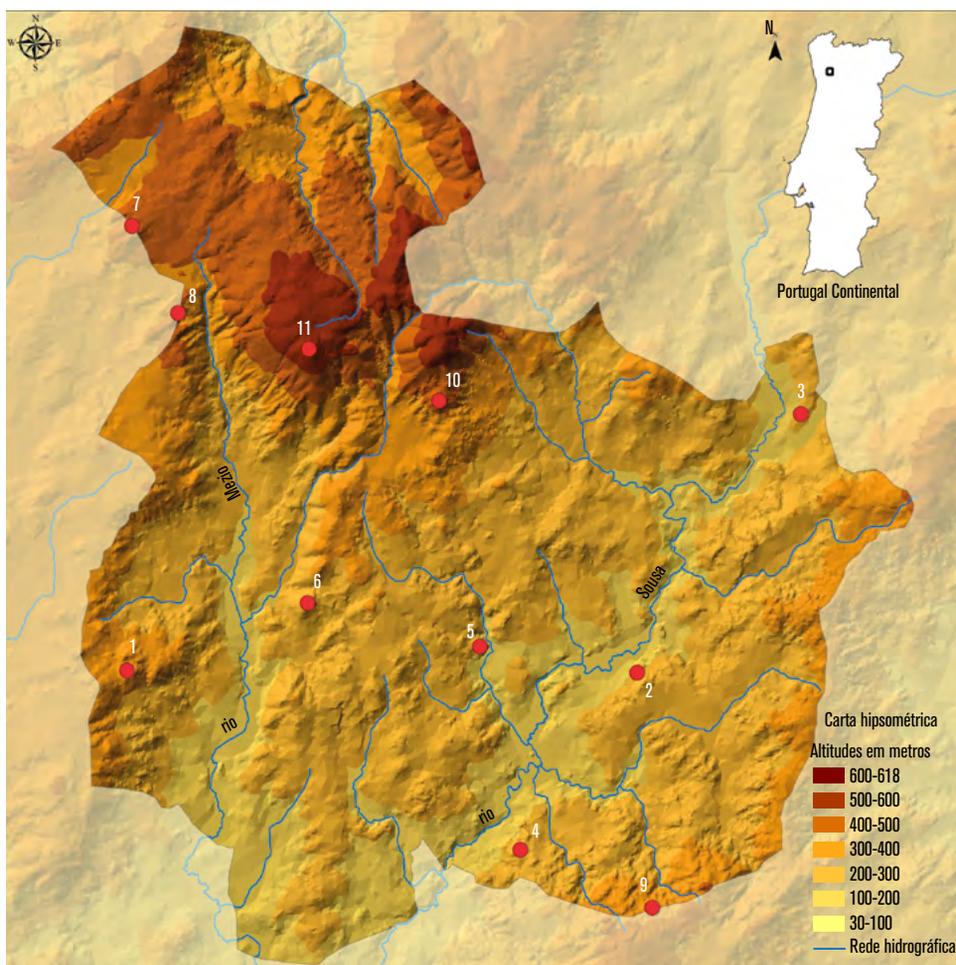
Pela primeira vez, observámos uma maior antropização do espaço ao longo do vale do rio Sousa, verificada pela existência de, pelo menos, seis povoados ao longo do curso do rio Sousa, primazia até então pertencente ao vale do Mezio, mercê, porventura, de uma tradição de humanização da paisagem desenhada desde o final do Neolítico, razão que também poderá estar subjacente ao corredor natural que este vale proporciona, na ligação entre as já mencionadas bacias hidrográficas do Ave-Vizela-Sousa, que, por sua vez, colocam em contacto a bacia do Tâmega, onde as manifestações neolíticas também estão documentadas, curiosamente no eixo viário romano Vizela-Tongobriga, que, durante a dominação romana do território, desempenhará destacado papel no estreitamento das comunidades entretanto romanizadas, e que, porventura, será a primeira ligação viária a ser usada pelos romanos aquando da conquista deste vasto território.

4.2. A Idade do Ferro

Entre a expedição de Decimus Junius Brutus (138-136 a.C.) e a definitiva pacificação deste território por Augusto, pelo ano 19 a.C., a organização espacial dos povoados parece alterar-se, subentendendo-se uma nova lógica na sua organização, cujos critérios não são inteiramente claros, mas que numa determinada fase poderão ter desempenhado uma função político-administrativa de base militar, com o fito de controlar o território, supondo-se uma apreensão do espaço geográfico numa base temporal, bem patente na disposição normalizada dos assentamentos em termos espaciais. Alguns povoados lousadenses terão sido criados pelo câmbio de era ou ainda em momento posterior, com uma vida muito efémera, mas que não nos é praticável uma consideração firme devido à ausência de dados fidedignos.

O Castro do Alto de Nevogilde é um povoado em altura, proeminente em relação a um conjunto de pequenos cabeços presentes na área, exibindo uma morfologia acentuadamente cónica. Possui vertentes marcadas por um acentuado declive, excetuando a vertente este, que se encontra justaposta a um pequeno cabeço. Nesta vertente parece ter existido um fosso que complementaria o sistema defensivo, composto, pelo menos, por um pano de muralha de onde se veem os topos dos alinhamentos e os derrubes. A elevação desta cintura de muralha proporcionou a criação de pequenas plataformas que consideramos terem sido as preferenciais para a implantação de estruturas habitacionais ou outras. No entanto, não deveriam ser em grande número, pois o morro tem uma configuração bastante apontada, não permitindo uma grande dispersão habitacional. São, por isso, poucos os vestígios vislumbrados, o que não permite uma atribuição cronológica muito para além do câmbio de era.

Mais para norte deste reduto defensivo, localizado desta feita entre as freguesias de Lustosa (Lousada) e São Pedro da Raimonda (Paços de Ferreira), deparamo-nos com o Castro de São Gonçalo, hagiotopónimo que advém da existência, no topo do morro, de uma capela de invocação ao referido santo. Aparece este povoado citado desde 1986,



Povoados da Idade do Ferro no concelho de Lousada

- 1 – Alto de Nevogilde ● 4 – Castro de Meinedo ● 7 – Castro de São Gonçalo ● 10 – Alto do Pedroso
- 2 – Alto do Pinouco ● 5 – Castro de Pias ● 8 – Castro dos Bufo's ● 11 – Castro de Santa Águeda
- 3 – Castro de Babelo ● 6 – Castro de São Domingos ● 9 – Monte Felgueiras

Figura 17. Mapa de distribuição espacial dos povoados da Idade do Ferro no concelho de Lousada (SCE, [1935], [1937], [1952], [1976], [1979], 1998a, 1998b).



Figura 18. Enquadramento na paisagem do Povoado do Alto de Nevogilde. Vista obtida a partir de sudeste.



Figura 19. Trecho de muralha observada na vertente norte do Povoado do Alto de Nevogilde.

como um pequeno reduto defensivo, que compreende três panos de muralhas, e no qual se observam alguns elementos de caráter cerâmico (Silva, 1986b, pp. 105-106; Nunes, Sousa e Gonçalves, 2007, pp. 1-4; Nunes e Lemos, 2013, p. 45).

Na deslocação ao sítio detetaram-se três cinturas de muralhas que circundam todo o perímetro do povoado, embora se note a destruição de alguns tramos, fruto da exploração de inertes no local, de revolvimentos de terras e da construção de acessos à capela de São Gonçalo em rampa e por degraus. Observam-se à superfície alguns fragmentos cerâmicos, cuja pasta apresenta uma coloração negra e micácea, ostentando formas de perfil em “S”, enquadráveis na Fase III da Cultura Castreja. No topo do outeiro, na vertente oeste, a poucos metros da parte posterior da capela, detetaram-se buracos de poste. Sensivelmente para sudoeste do castro, num morro granítico de 463 metros de altitude que lhe fica contíguo, já totalmente integrado na freguesia de São Pedro da Raimonda, foram identificados alguns materiais cerâmicos de pastas alaranjada-claras, muito friáveis, possivelmente integráveis, do ponto de vista cronológico, num ambiente Tardo-Romano.

Entre os povoados de São Gonçalo e do Alto de Nevogilde, num esporão de topo aplanado, bastante destruído por uma pedreira de extração de granitos, implanta-se, a 442 metros de altitude, o Castro do Bufo ou Monte dos Castros. Sobre este povoado teceu o Pe. Francisco A. Peixoto algumas considerações no *Jornal de Louzada*, tendo o autor destacado a posição estratégica do assentamento. Por seu lado, Vieira Dinis (1987-1988, p. 338) referiu-se a este povoado como tendo uma matriz milenária, pelo facto de se terem recolhido aqui diversos achados como lâminas de sílex, machados de pedra e restos de olaria. Dos quadrantes norte e este sobressaem as vertentes de mais difícil acesso e, por isso, naturalmente, mais defensáveis. Dos vários reconhecimentos



Figura 20. Castro de Santa Águeda. Vista obtida a partir de sudoeste.

ali realizados não detetámos quaisquer vestígios materiais ou estruturas que permitam afirmar ser este o local indicado pelos autores citados.

Um dos mais destacados povoados da Idade do Ferro no concelho de Lousada situar-se-ia em Santa Águeda, um esporão no qual se alcançam 577 metros de altitude. Daqui se obtém um dos mais extensos horizontes visuais sobre o território circundante, especialmente sobre o vale do Mezio. Daqui se avista sem dificuldade a Citânia de Sanfins (Sanfins de Ferreira, Paços de Ferreira), o Castro de São Domingos (Cristelos, Lousada), o Castro de Quires (Vila Boa de Quires, Marco de Canaveses), o Castro do Ladoeiro (Banho e Carvalhosa, Marco de Canaveses), entre outros. Apesar das características de implantação e da morfologia, que lhe conferem naturais condições de defesa nas vertentes este, sul e oeste, é difícil apontar se aqui se implantaram comunidades proto-históricas, dada a ausência de espólio arqueológico visível à superfície.

De similar morfologia ao povoado de Nevogilde, encontra-se, em Aveleda, o Alto do Pinouco. Este caracteriza-se por um outeiro baixo, de 238 metros de altitude, de formato cónico, localizado a meia encosta do Alto do Crasto (Caíde de Rei), na margem esquerda do rio Sousa, com domínio visual sobre uma extensa parcela da veiga daquele curso fluvial. Revela uma ampla ocupação, corroborada por um apreciável número de



Figura 21. Perspetiva geral da vertente norte do Castro do Alto do Pinouco.



Figura 22. Paisagem da veiga do rio Sousa com posicionamento do Castro de Meinedo. Vista de noroeste.

fragmentos cerâmicos e por um sistema defensivo mais complexo que o do Nevogilde, talvez com duas ou mesmo três muralhas e um fosso a sudeste. O espólio recolhido permite colocar a presença de populações neste reduto na última fase da Idade do Ferro e uma ocupação romana sensivelmente até meados do século I d.C., momento a partir do qual parece haver o seu total abandono. Volta, porém, a ser utilizado na Baixa Idade Média, funcionando talvez como estrutura castelar.

No sopé do monte passaria uma importante via romana, servida por uma ponte de arco pleno que existiu a nordeste do povoado, sobre o rio Sousa, no lugar de Barrimau. Este eixo viário passaria junto da Quinta de Vilela e devia dirigir-se para Meinedo. Dado o posicionamento dominante sobre esta possível via romana, o Alto do Pinouco, que forneceu indícios de romanização da segunda metade do século I d.C., pode ter desempenhado um importante papel de controlo viário desta área, numa fase em que se davam marcantes passos na reorganização do território (Sousa, 2007, pp. 105-106; Nunes, Sousa e Gonçalves, 2007a, pp. 1-4).

Na freguesia de Torno encontramos o Castro de Bacelo, povoado muito mal documentado e de localização dúbia, podendo, no entanto, tratar-se de um “castro agrícola”, como indicia o posicionamento topográfico a baixa altitude (211 metros). Todavia, poderá ter sido um pequeno reduto defensivo, com funções de controlo da passagem natural proporcionada pelo rio Sousa, que, num momento posterior à descida da população para cotas mais baixas, assistiu a um prolongamento do seu habitat ao longo das margens da ribeira de Brolhões, dando lugar a um assentamento romano, de tipo casal ou villa, nas proximidades da Casa do Rio e Porta (Sousa, 2007, pp. 107-108).

O Castro de Meinedo, bastante destruído pela pressão urbanística e construção de um cemitério nas imediações, não deixa adivinhar o sistema defensivo que o compunha. Os materiais aqui recolhidos são claramente atribuíveis à Fase III da Cultura Castreja e, ao que tudo indica, pela segunda metade do século I d.C. já a população se tinha deslocado para o exterior.

Na sequência do restabelecimento da Estrada Nacional (EN) 320, devido à duplicação da via-férrea do Douro entre Cête (Paredes) e Caíde de Rei (Lousada), foi desencadeada uma escavação de averiguação em Meinedo, entre a EN320 e a EN320-1. Desenvolvida no ano 2000, sob a orientação de Marcelo Mendes Pinto, o Setor I revelou um fragmento de bordo de caçoila, perfil em calote e bordo alargado externamente em aba, de cerâmica de pasta de tradição indígena, com forma já romanizada, cuja cronologia apontada é da segunda metade do século I d.C. (Pinto, 2000). De similar cronologia, foi exumado, no Setor II, um fragmento de fundo de *terra sigillata* hispânica, forma *Dragendorff 15/17*, fabrico de *Tricium*, e um fundo de potinho em cerâmica fina cinzenta, pasta bem depurada, de cor cinzenta-rosada, forma 1 do tipo 1 do grupo 13A de Dias (1997), atribuível cronologicamente ao século I d.C. (Pinto, 2000), indícios que apontam para o começo da ocupação de campos mais férteis em vale e próximos das veigas dos cursos de água permanente, neste caso nas margens do pequeno regato que atravessa a freguesia, chamado de ribeira de Meinedo.

Num outeiro de formato ovalado, proeminente relativamente à paisagem envolvente, situado sobre a margem direita do ribeiro de Pontarrinhas, implanta-se o Castro de Pias. Primeiramente mencionado por Armando Coelho (1986a, p. 84), coube a Marcelo Mendes Pinto (1992) o desenvolvimento de um estudo mais aprofundado, que inclui na carta arqueológica de Lousada de 1992, referindo-o como um possível “castro agrícola”.

Não se detetam à superfície quaisquer vestígios arqueológicos. Apenas parece subsistir deste povoado “uma linha de rocha natural que pode ter sido complementada por blocos de pedra” (Pinto, 1992), único elemento que parece indiciar a presença de um



Figura 23. Perspetiva geral do Castro de Pias a partir de sul.



Figura 24. Castro do Monte Pedroso. Panorama obtido de sudoeste.

pano de muralha. Nas proximidades do povoado, a sudoeste, existe uma pia de formato retangular. Inicialmente associada a um pequeno santuário proto-histórico, o seu estudo arqueográfico revelou tratar-se de um medievalo lagar rupestre (Sousa, 2016, pp. 21-25).

No topo de uma chã aplanada, conhecida localmente por Monte Felgueiras, área meeira entre os concelhos de Lousada e Penafiel, recolhem-se vestígios cerâmicos dispersos por largas centenas de metros. O sítio está bastante revolvido devido ao plantio de um denso eucaliptal, o que impede de perceber em concreto o tipo de assentamento. Porém, é crível tratar-se de um castro agrícola ou mesmo de um povoado aberto. Pelo solo observam-se restos de panças cerâmicas de tradição indígena, bem como cerâmica comum romana, tégula e fragmentos de ânfora (Sousa, 2007, p. 112).

Situado a meia encosta do Monte Telégrafo, à cota dos 460 metros, o Monte Pedroso constitui, pese embora os poucos materiais arqueológicos observados, um curioso caso de estudo. Possui um largo domínio visual sobre a envolvente, principalmente para o quadrante sul. Apesar de destacado na orografia da região, este povoado encontra-se um pouco dissimulado na paisagem, mercê da sua posição em contraforte a meia encosta do rebordo montanhoso que compõe a serra dos Campelos e Maragotos. As vertentes voltadas a este, sul e oeste são as de maior pendente, contrastando com a vertente norte, bem mais aplanada, colocando-se precisamente entre este quadrante e a vertente nordeste um possível fosso, atualmente bastante aterrado. Até ao momento, este foi o único elemento de cariz defensivo identificado neste povoado, pese embora uma ténue plataforma a meia encosta na vertente sul indicie a presença de uma cintura de muralha, ainda não devidamente confirmada. A dispersão do espólio, maioritariamente cerâmico, chega a atingir os 3,4 ha, sendo este integrável na Idade do Ferro, num momento nunca posterior à Fase II da Cultura Castreja. Também se detetaram alguns fragmentos cerâmicos de cronologia medieval, provavelmente associáveis ao período da Reconquista (Nunes, Sousa e Gonçalves, 2007a, pp. 1-4).

Por diversas vezes realçado ao longo do texto, da fase final da Idade do Ferro ocupa papel preponderante no povoamento proto-histórico concelhio o Castro do Monte de São Domingos. Este outeiro, de formato cónico e com boas condições naturais de defesa, principalmente as vertentes voltadas a este e a sul, revela um especial enquadramento na orografia circundante, o que lhe concede amplo domínio visual sobre a paisagem e, por isso, visibilidade direta com um alargado número de redutos defensivos, quer implantados ao longo das margens do rio Sousa quer do Mezio.



Figura 25. Castro de São Domingos. Perspetiva captada de oeste.

O povoado fortificado de São Domingos é detentor de, pelo menos, três panos de muralhas¹³ e um fosso a norte, área de íngremes vertentes no lugar de Travassos. Trata-se, sem dúvida, do maior e mais expressivo assentamento fortificado do concelho de Lousada. Está documentando o interesse para investigação arqueológica desde o século XIX, devendo-se a primazia a Martins Sarmento (1986, p. 26; Nunes, Sousa e Gonçalves, 2007a, pp. 1-4). Nesta altura, tece o autor algumas considerações, fazendo menção à existência de, pelo menos, três muralhas, fragmentos de telha romana e um fundo de louça vermelha com restos de verniz. O Pe. Francisco Peixoto (1913, 309, p. 1) refere o aparecimento de “umas moedas semelhantes às nossas de cinco reis [...] e que um tal de José Pêlo tirou dentre um entulho dois púcaros de barro negro, cheios duma espécie de carvão [...]”. Mendes Pinto (1992) tece largas considerações acerca do povoado, na sequência da realização da carta arqueológica de Lousada, citando o aparecimento de um denário de prata, do tempo de Augusto, emitido entre os anos 7 e 6 a.C.

¹³ Talvez uma plataforma de formato circular que coroa o topo do outeiro, insinuada por taludes, possa revelar um quarto pano de muralha, podendo ter ou não função defensiva.

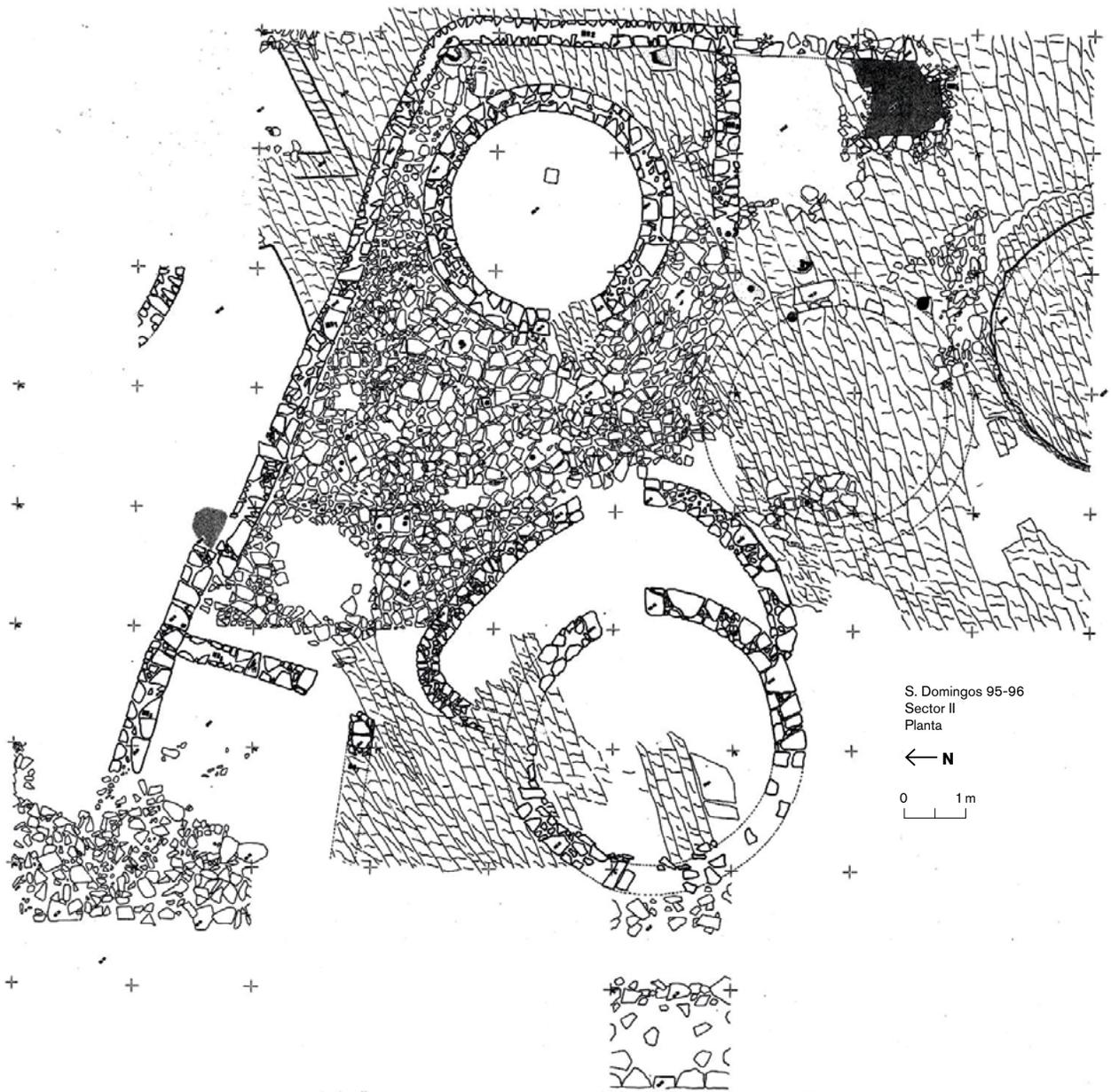


Figura 26. Planta parcial do Setor II do Castro do Monte de São Domingos (Pinto, 2008, p. 53).



Figura 27. Vista aérea do Setor II do Castro do Monte de São Domingos em fase de escavação, no âmbito do projeto PROVALMEZIO.

A importância que este povoado vinha a demonstrar foi corroborada pelas escavações principiadas no verão de 1994, sob a orientação de Marcelo Mendes Pinto. No topo do morro foi colocada a descoberto a quase totalidade de um “núcleo habitacional castrejo”¹⁴ e parte de um outro que lhe fica contíguo. O primeiro merece ênfase, pois revelou uma casa de planta circular de cobertura de colmo, com o característico pátio circundado por dois pequenos muros curvilíneos, vulgarmente conhecidos por “braços de caranguejo” ou “tipo pinça”, voltados para um pátio aberto e lajeado, dando acesso a outras dependências, de que se destaca um provável forno e uma estrutura de planta quadrangular, com uma cronologia de finais do século I a.C., que aproveitou uma parcela do pano da cintura de muralha e do muro de delimitação do núcleo para se apoiar.

No âmbito do projeto de investigação plurianual de arqueologia direcionado para São Domingos, denominado PROVALMEZIO, desenvolvido entre os anos de 2017 e 2020, foram colocadas a descoberto estruturas domésticas e defensivas no setor correspondente à plataforma superior. Os dados estão ainda em análise, mas é possível verificar que o entalhe basal de uma estrutura de planta circular no extremo sudeste da área intervencionada compreendia pátio murado, devendo as escavações neste espaço serem continuadas para se determinar a totalidade do plano e compreender o desenho dos muros “tipo pinça”, que aqui se apresentam em cotovelo pronunciado.

Destaque ainda para uma construção habitacional surgida a poente do setor. Apesar de as raízes de um eucalipto terem danificado a planta na zona da porta, constitui uma das estruturas mais bem preservadas no povoado, com um cuidado aparelho construtivo e piso em barro compactado, no qual foi observada uma cavidade central destinada a receber o poste de madeira para sustentação da cobertura em colmo. A face nascente da estrutura apresenta leve inclinação, provocada pelo derrube da muralha que lhe passa contígua.

¹⁴ Neste núcleo habitacional o espólio compreende maioritariamente cerâmicas de tradição indígena, de cores escuras, entre o castanho e o cinzento, de pastas arenosas, micáceas, alisadas e fabricadas a torno. As formas são normalmente de perfis em “S”, com fundos lisos. Os materiais mais antigos aqui recolhidos são de origem mediterrânica, de tradição oriental ou púnica, e contas em pasta de vidro, uma das quais oculada, com cronologias que remetem para os séculos IV/III a.C. Mais próximas de nós destacam-se as importações romanas, mormente de ânforas *Haltern 70* e terra *sigillata* sudgálica, mas maioritariamente hispânica (Pinto, 1997).

4.2.1. A Idade do Ferro em Lousada: considerações gerais

O número de povoados identificados no concelho de Lousada, se considerada a superfície do território afeto, permite afirmar estarmos perante um singular contexto geomorfológico que se revelou, com propriedade, propício à fixação de populações proto-históricas ao longo de todo o I.º milénio a.C.

Sobre o vale do rio Mezio recaiu, num momento inicial da proto-história concelhia, a preponderância na hora da escolha do assentamento, mercê, porventura, de uma mais dilatada tradição ocupacional do espaço envolvente e por colocar em contacto duas importantes bacias hidrográficas, do Ave-Vizela e do Sousa, detentoras de elevadas potencialidades agrícolas.

No princípio, cada castro dependeria da sua própria capacidade de autossuficiência, devendo a rede hidrográfica permanente ter desempenhado destacado papel como elemento de recurso aquífero e de limite natural. Com o avançar das transformações operadas a partir da entrada de novas materialidades e alterações ao nível das relações de domínio territorial romano, deparámo-nos com a dependência de outrem, isto é, terá havido a conglomeração de povoações outrora esparsas pelo território, que confluem agora para uma economia de subsistência comunitária, parecendo haver uma maior relação de proximidade entre a comunidade. O aparecimento de povoados com carácter de centralidade (populacional ou não) está, aparentemente, relacionado com o lançamento de uma rede viária estrategicamente implantada, obedecendo a novos propósitos político-administrativos.

Num ensaio de representação cartográfica de todos os povoados da proto-história, mostrando a sua área imediata de “influência” de 1500 metros, o que rapidamente se retém é a de uma perfeita anarquia do ponto de vista espacial, o que, de certa maneira, demonstra assentamentos crono-temporais diferenciados. Mas neste mesmo ensaio, tendo como propósito o de mostrar o povoamento constatado para a Fase III da Cultura Castreja, principalmente na sua fase final, já sob o domínio romano, é elucidativa a forma organizada imprimida, refletindo os intentos iniciais de conquista e organização do território, que passou pelo domínio dos corredores naturais de circulação e pelas veigas férteis do rio Sousa e do rio Mezio, na proximidade de campos de elevada aptidão agrícola, de tipo Classe A. Os povoados proto-históricos do concelho de Lousada ativos no câmbio de era refletem, aparentemente, uma organização assente na milha romana, encontrando-se espaçados entre si cerca de 2 milhas, área de influência/dependência que parece bem demarcada pelos cursos de água permanente e pelos acidentes orográficos.

O posicionamento geoestratégico relativamente à proximidade dos recursos naturais e das futuras principais redes viárias reflete um profundo conhecimento do território na hora da escolha do assentamento dos povoados mencionados nesta fase, não sendo alheio o facto de que em todos eles se conhecerão, a partir de finais do século I, inícios do II, assentamentos romanos no sopé, procurando áreas aplanadas na bordadura de cursos de água permanente.

O abandono de alguns povoados indígenas apontado para o Época Romana não significa obrigatoriamente que tivessem sido aglutinados num povoado de maior superfície, por exemplo no Castro de São Domingos, ou ainda na Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira), Monte Mozinho (Penafiel) ou mesmo no Castro da Trovoadá (Felgueiras), apenas para citar os que se situam próximos do concelho de Lousada e que apresentam um singular aro de espaçamento equidistante. Certamente ter-se-á processado, simultaneamente ao abandono dos redutos defensivos, a disseminação das populações em zonas mais baixas e abertas, revelando, provavelmente, um processo de aculturação admitido, que, para Teresa Soeiro (1984, p. 24), se dá apenas por finais do século I d.C. ou mesmo num momento posterior, sem que, todavia, necessariamente caísse no esquecimento a “antiga morada”. Porém, é apenas uma situação provável, carecendo-se de uma mais aprofundada investigação na área, alicerçada necessariamente em intervenções arqueológicas de carácter intrusivo. Na generalidade, é aceite que no Norte de Portugal os povoados “mais vulneráveis foram abandonados, uma parte da população foi realojada em povoados maiores e mais defensáveis e, em paralelo, aconteceu a reformulação de alguns sistemas defensivos” (Almeida, 2005, p. 80). Pelo câmbio de era, a organização administrativa dos povoados no concelho de Lousada vai ser alterada, mercê dos desígnios do povo romano em atingir os seus propósitos político-administrativos. Por finais do século I d.C., condizente com o postulado por Teresa Soeiro (1984) para a região, os assentamentos indígenas do Alto de Nevogilde, Alto do Pinouco, Meinedo e São Gonçalo, que, aquando da Romanização, estavam ativos, parecem ser definitivamente abandonados, enquanto o Castro de São Domingos, inserido numa nova organização administrativa, como já referido, vê a sua população descer paulatinamente para o sopé do monte, em busca certamente de terrenos de melhor potencial agrícola e topografia aplanada, que favorecia largamente os pressupostos urbanísticos romanos. Não será também de descurar a relação viária. Uma boa estrada, por onde circulavam bens, produtos e serviços, seria seguramente apelativa à criação de assentamentos nas suas imediações.

É no seguimento destas movimentações, pelo final da primeira centúria da nossa era, que veremos ser erguida no sopé do povoado de São Domingos, na vertente sul, “virada a um alvéolo encaixado e muito bem protegido de norte” (Pinto, 1997), uma casa romana de planta quadrangular alongada, tendo sido alvo de uma intervenção arqueológica em 1996, sob a orientação de Mendes Pinto, que colocou a descoberto uma estrutura doméstica romana conhecida por “Casa Romana”, revelando uma dilatada cronologia, que vai da segunda metade do século I até ao século V d.C. “Esta casa foi construída provavelmente nos inícios da 2ª metade do século I, sendo a sua ocupação nesta fase comprovada pelo aparecimento sobre o piso de um fragmento de *sigillata* hispânica com marca do seu fabricante, o oleiro Valerius Paternus, de Tricio. No exterior da casa, a sudoeste, desenvolvia-se o lajeado de um grande pátio pertencente a uma habitação de planta circular, castreja, talvez da segunda metade do século I a.C. e possivelmente integrada no espaço apropriado pela casa romana” (Pinto, 1997). Esta casa, pelos dados arqueológicos recolhidos, “sofreu um incêndio e, já no século III, foi alvo

de uma profunda remodelação” (Pinto, 1997). Como refere Jorge Alarcão (1995-1996, p. 25), “Augusto não instituiu *civitates* no noroeste peninsular, mas confiou o poder a príncipes indígenas”. Perante a dimensão desta estrutura doméstica, com um comprimento aproximado de 25 metros, assente sobre uma anterior estrutura indígena de planta circular de finais do século I a.C., “possivelmente integrada no espaço apropriado pela casa romana” (Pinto, 1997), não estaremos perante situação similar? De momento, parece-nos um pouco precipitado acalentar tal situação. Todavia, não nos parece de todo descabida. Certamente que o estudo da estratigrafia, a análise dos materiais exumados nesta estrutura, na qual está ainda em curso a sua escavação (Lemos, 2019), permitirão dissipar certas interrogações e, quiçá, determinar outras interpretações para esta unidade doméstica.

Referências bibliográficas

- Academia das Ciências de Lisboa, ed. lit., 1897. *Portvgaliae monvmenta historica: a saecvlo octavo post christvm vsqve ad qvintvmdecimvm... / ivssv Academiae Scientiarvm Olisiponensis edita. Inquisitiones: V. 1, fasc. 4 e 5*. Olisipone: Typis Academicis.
- Alarcão, J., 1995-1996. As Civitates do Norte de Portugal. Actas do Colóquio «A rede viária da *Callaecia*. Homenagem a Martins Capella». *Cadernos de Arqueologia*, 12/13, pp. 25-30.
- Alarcão, J., 2000. Sobre os cantões proto-históricos do Noroeste de Portugal. *Santo Tirso Arqueológico*, 2-3, pp. 45-50.
- Almeida, C. A. B., 2005. Alterações no povoamento indígena no início da romanização. Ponto da situação no *conventus bracaraugustanus*. *Boletín Avriense*, 33, pp. 77-93.
- Amaral, J. F. e Amaral, A. F., 2000. *Povos antigos em Portugal: Paleoetnologia do território hoje portugueses*. 2.ª edição. Lisboa: Quetzal Editores.
- Amaral, P. e Teixeira, R., 1998. Elementos para a Carta Arqueológica de Penafiel. *Cadernos do Museu*, 2, pp. 51-77.
- Azevedo, A. J. e Marques, C. V., 1987. *Portugal: Atlas do Ambiente, Insolação. Notícia Explicativa I. 1*. Lisboa: Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais.
- Calo Lourido, F., 2005. “O castro: da aldea autárquica á cidade desenvolvida”. Castro, Um Lugar para Habitar, Colóquio Monte Mozinho 2004. *Cadernos do Museu*, 11, pp. 91-106.
- Capela, J. V., Matos, H. e Borralheiro, R., 2009. *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758: memórias, história e património*. [Braga]: Edição JVC.

- Daveau, S., 1985. *Mapas Climáticos de Portugal. Nevoeiro e Nebulosidade e Contrastes Térmicos*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos (Memórias/Centro de Estudos Geográficos. 7).
- Dias, L. T., 1997. *Tongobriga*. Lisboa: IPPAR.
- Dinis, A. P. D., 1993. *Ordenamento do território do Baixo Ave no I milénio a.C.*, Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Dinis, M. V., 1963. Manifestações neolíticas na região de Paços de Ferreira. *LVCERNA*, 3, pp. 88-95.
- Dinis, M. V., 1987-1988. O castro do Bufo (Raimonda-Paços de Ferreira). *Revista de Guimarães*, 97-98, pp. 336-341.
- Herculano, A., 1868. *Portvgaliae monvmenta historica: a saecvlo octavo post christvm vsqve ad qvintvmdecimvm... / ivssv Academiae Scientiarvm Olisiponensis edita. Diplomata et Chartae: V. 1, fasc. 1*. Olisipone: Typis Academicis.
- Herculano, A., 1869. *Portvgaliae monvmenta historica: a saecvlo octavo post christvm vsqve ad qvintvmdecimvm... / ivssv Academiae Scientiarvm Olisiponensis edita. Diplomata et Chartae: V. 1, fasc. 2*. Olisipone: Typis Academicis.
- Lemos, P. A. P., 2019. Escavação, estudo e musealização da “Casa Romana” do Castro de São Domingos: resultados preliminares da 5.ª campanha. *Oppidum: revista de arqueologia, história e património*, 11, pp. 37-75.
- Lopes, E. T., 2004. *Lousada e as suas freguesias na Idade Média*. Lousada: Câmara Municipal de Lousada.
- Magalhães, P., Moreira, C., Cardoso, C. e Sousa, L., 2009. *Silvares: um percurso pela sua história*. Lousada: Reviver Editora.
- Miguel Maté, L. C. S., 1993. El poblamiento de la Edad del Hierro al occidente del valle medio del Duero. In: C. Sanz Minguez, Z. Escudero Navarro e F. Romero Carnicero, ed. lit., 1993. *Arqueología Vaccea: estudios sobre el mundo prerromano en la cuenca media del Duero*. Valladolid: Junta de Castilla y León. pp. 21-65.
- Moura, A. S., 2009. *Lousada Antiga. Das origens à Primeira República. 1.ª Parte, Do Concelho*. [S.l.]: edição do autor.
- Nunes, M. e Lemos, P., 2018. O paleopovoamento na região setentrional do concelho de Lousada (Lustosa): contributos para um inventário. *Revista Municipal*, 175, pp. 21-25.
- Nunes, M., Lemos, P. e Novais, H., 2015. Povoado das Pedras Brancas (Santo Estêvão de Barrosas): novos dados sobre o Calcolítico e a Idade do Bronze no concelho de Lousada. *Revista Municipal (Suplemento de Arqueologia)*, 137, pp. 21-25.
- Nunes, M. e Lemos, P., 2013. *Lustosa: património e identidade*. Lousada: Junta de Freguesia de Lustosa.
- Nunes, M., Sousa, L. e Gonçalves, C., 2007a. O povoamento da Idade do Ferro no concelho de Lousada: apontamentos para uma análise do território. *Revista Municipal (Suplemento de Arqueologia)*, 44, pp. 1-4.
- Nunes, M., Sousa, L. e Gonçalves, C., 2007b. Subsídios para a Carta Arqueológica do Concelho de Lousada: vestígios da Idade do Bronze na bacia superior do Mezio (Suplemento de Arqueologia). *Revista Municipal (Suplemento de Arqueologia)*, pp.1-4.
- Nunes, M., Sousa, L. e Gonçalves, C., 2008. *Carta Arqueológica do Concelho de Lousada*. Lousada: Câmara Municipal de Lousada.
- Novais, H., 2016. *Lousada geológico: história, toponímia e património*. Lousada: Câmara Municipal de Lousada.
- Peixoto, Pe. F. A., 1913. Louzada: sua origem e antiguidades. *Jornal de Louzada*, 329.
- Pinto, J. M. S. M., 1995. O Povoamento da bacia superior do Rio Sousa: da Proto-História à Romanização. In: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1995. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular. Vol. V*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. pp. 265-283.
- Pinto, J. M. S. M., 1997. O Castro de S. Domingos (Cristelos-Lousada) e o povoamento do vale do rio Mezio. In: Universidade de Santiago de Compostela e Universidade do Porto, 1997. *Castrexos e Romanos no Noroeste. Actas do Colóquio de homenaxe a Carlos Alberto Ferreira de Almeida*. [Santiago de Compostela/Porto]: Universidade de Santiago de Compostela e Universidade do Porto.
- Pinto, J. M. S. M., 2000. *Sondagens arqueológicas em Meinedo (Lousada). Relatório final*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (policopiado).
- Pinto, J. M. S. M., 2008. Do castro de S. Domingos a Meinedo: proto-história e romanização na bacia superior do rio Sousa. Actas do 1º Encontro de Arqueologia das Terras do Sousa. *Oppidum – Revista de arqueologia, história e património*, número especial, pp. 45-63.

- Pinto, J. M. S. M., 1992. *Património Arqueológico de Lousada. Plano Director Municipal de Lousada*. Lousada: Câmara Municipal de Lousada (policopiado).
- Ribeiro, O. e Lautensach, H., 1987. *Geografia de Portugal: a posição geográfica e o território. Vol. 1*. Lisboa: João Sá da Costa.
- Ribeiro, O., 1998. *Portugal: O Mediterrânico e o Atlântico. 7.ª Edição*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Sarmiento, F. M., 1986. *ANTIQUA* (Informes, reconhecimentos e prospecções). Manuscritos inéditos de Francisco Martins Sarmiento, anotados por F. J. Salgado Guimarães. *Revista de Guimarães*, 96 (jan./dez.), pp. 5-33.
- Sarmiento, F. M., 1989. *ANTIQUA* (Informes, reconhecimentos e prospecções). Manuscritos inéditos de Francisco Martins Sarmiento, anotados por F. J. Salgado Guimarães. *Revista de Guimarães*, 99 (jan./dez.), pp. 16-66.
- SCE – Serviços Cartográficos do Exército, [1935]. Paredes : Paços de Ferreira. *Série M888*, 111, 1:25000. [Lisboa]: Serviços Cartográficos do Exército.
- SCE – Serviços Cartográficos do Exército, [1937]. Penafiel. *Série M888*, 112, 1:25000. [Lisboa]: Serviços Cartográficos do Exército.
- SCE – Serviços Cartográficos do Exército, [1952]. Felgueiras. *Série M888*, 99, 1:25000. [Lisboa]: Serviços Cartográficos do Exército.
- SCE – Serviços Cartográficos do Exército, [1976]. Paços de Ferreira. *Série M888*, 111, 1:25000. [Lisboa]: Serviços Cartográficos do Exército.
- SCE – Serviços Cartográficos do Exército, [1979]. Penafiel. *Série M888*, 112, 1:25000. [Lisboa]: Serviços Cartográficos do Exército.
- SCE – Serviços Cartográficos do Exército, 1998a. Felgueiras. *Série M888*, 99, 1:25000. [Lisboa]: Serviços Cartográficos do Exército.
- SCE – Serviços Cartográficos do Exército, 1998b. Santo Tirso. *Série M888*, 98, 1:25000. [Lisboa]: Serviços Cartográficos do Exército.
- SFL – Serviço de Finanças de Lousada, [s.d.]. *Livro de Matrizes Prediais de Silveiras*. Lousada: Serviço de Finanças de Lousada.
- Silva, A. C. F., 1986a. *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira.
- Silva, A. C. F., 1986b. Paços de Ferreira. As origens do povoamento: do megalitismo à romanização. In: Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1986. *Paços de Ferreira, Estudos Monográficos. Vol. 1*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira. pp. 97-169.
- Silva, R. F. M. S., 1986. Caracterização geográfica do concelho de Paços de Ferreira. In: Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1986. *Paços de Ferreira, Estudos Monográficos. Vol. 1*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira. pp. 11-78.
- Soares, L. M. S., 1992. Contributo para o estudo da morfologia das Serras de Campelos e Maragotos. *Geografia. Revista da Faculdade de Letras*, VIII, pp. 163-320.
- Soeiro, T., 1984. Monte Mozinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana. *Penafiel: Boletim Municipal de Cultura*, 1, pp. 5-232.
- Sousa, L. J. C., 2007. *Proto-história e época romana no concelho de Lousada: aplicação de um SIG na análise espacial em Arqueologia*. Seminário de Projeto. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Sousa, L., 2016. Lagar escavado na rocha das Moutadas (Pias, Lousada). *Revista Municipal de Lousada (Suplemento de Arqueologia)*, 145, pp. 21-25.
- Vieira, J. A., 1887. *O Minho Pitoresco. Vol. II*. Lisboa: Livraria António Pereira.